

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

LUÍS FELIPE PARISE

Políticas de solidão demasiadamente cotidianas

Porto Alegre

2017

LUÍS FELIPE PARISE

Políticas de solidão demasiadamente cotidianas

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional (Mestrado Acadêmico).

Linha de pesquisa: Clínica, Subjetividade e Política

Orientadora: Prof^ª. Dra. Simone Mainieri Paulon

Porto Alegre

2017

Nome: Parise, Luís Felipe

Título: Políticas de solidão demasiadamente cotidianas

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Simone Mainieri Paulon (Orientadora)

Instituição: UFRGS

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luís Antônio dos Santos Baptista

Instituição: UFF

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luís Artur Costa

Instituição: UFRGS

Assinatura: _____

Prof. Dra. Carmen Silveira de Oliveira

Instituição: Convidada Externa

Assinatura: _____

Aos momentos de plenitude solitária, pela terna humildade e grandeza que permitem

Às amizades, pelas alianças que fazem valer

À alegria e ao sofrimento, por convocar expansões de nós mesmos

Ao amor, por tudo o que é o viver

Resumo

Parise, L. F. (2017). Políticas de solidão demasiadamente cotidianas. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

A presente dissertação tem por objetivo problematizar as políticas de solidão do contemporâneo. Para tanto, debruça-se sobre algumas linhas de composição dos dispositivos que operam na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Os campos problemáticos são, principalmente: a constituição das cidades modernas; o desenvolvimento do liberalismo econômico e o governo de individualização; as transformações espaciais, temporais e tecnológicas nos agenciamentos da experiência contemporânea. A metodologia genealógica foi desenvolvida com base na criação de personagens literários imbricados com as temáticas relacionadas às políticas de solidão. Encerra-se com uma reflexão sustentada na compreensão foucaultiana da subjetivação como dobra do Fora, à luz das leituras de Deleuze. Evoca-se uma solidão fundamental: conceito-chave para se perspectivar a experiência solitária para além da lógica do individualismo.

Palavras-chave: Solidão; Planejamento Urbano; Psicologia Clínica; Processos de Subjetivação Contemporâneos; Filosofia Política.

Abstract

Parise, L. F. (2017). Politics of solitude in daily life. Master's Degree Dissertation, Institute of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

The present dissertation aims to problematize solitude politics of the contemporary. Therefore, it focuses on lines that composes some apparatus that operate in the shift from disciplinary society to control society. The problematic fields are mainly: modern cities constitution; the development of liberalism and the individualization's government; the spatial, temporal and technological transformations in the assemblages of contemporary experience. Genealogical method is applied to clarify aspects of the problematic in question. Still, it is created literary characters imbricated with themes related to the policies of solitude. It closes with a reflection about Foucaultian understanding of subjectivation as fold of the Outside, in the light of Deleuze's readings. A fundamental solitude is evoked: a key-concept to inquire the solitary experience beyond the logic of individualism.

Keywords: Solitude; Urban planning; Clinical psychology; Contemporary Subjectivation Processes, Political Philosophy.

Sumário

1 Uma problematização que se percorre acompanhado.....	7
<i>Felicidade</i>	<i>14</i>
2 A cidade que você sempre sonhou ao alcance de suas mãos.....	17
<i>Amor.....</i>	<i>35</i>
3 Venha fazer um crédito consignado e mudar de vida.....	38
<i>Comunhão.....</i>	<i>54</i>
4 Sentindo-se cansado, irritável, distraído? Pode ser falta de vitaminas.....	57
<i>Liberdade.....</i>	<i>71</i>
5 Dispõe-se de quarto para pessoa sozinha: tratar aqui.....	75
6 Considerações a sós.....	84
Referências.....	87

1 Uma problematização que se percorre acompanhado

A produção do fenômeno da solidão na atualidade agrega um conjunto de forças e processos de natureza heterogênea. Para o início de traçados de inteligibilidade, é necessário conjugar aspectos econômicos, jurídicos, administrativos, biológicos, psicológicos, filosóficos, estéticos, e tantos outros mais. Não é pretensão deste trabalho abarcar todas essas relações em seus cruzamentos. Trata-se, antes, de um esboço de algumas características que foram possíveis congregar neste percurso de estudos que se ocupou de colocar em foco este modo de vida cada vez mais comum às nossas cidades, a ponto de se confundir com a própria subjetivação contemporânea.

É necessário igualmente afirmar que tampouco se constitui aqui qualquer desejo em promulgar universais que viriam a abarcar toda a política de solidão. Antes, são problemáticas que propulsionam o pesquisar, perguntas e afirmações que devem produzir operações de abertura para que novos elementos se aglutinem. Caso contrário, seria negar o devir e o perspectivismo que constituem a experiência da vida em toda sua multiplicidade (Nietzsche, [1873], 2013). “Trata-se não de uma variação da verdade de acordo com um sujeito, mas da condição sob a qual a verdade de uma variação aparece ao sujeito” (Deleuze, 2013, p. 40).

Foucault (1997) destaca a figura do escavador em Nietzsche, como sendo aquele que se utiliza da interpretação para trazer à superfície qualquer pretensa profundidade. É a tentativa de aclarar o jogo de forças existente entre aquilo que se encontra na profundidade e na superfície, para demonstrar a sua relação como dobra de subjetivação, ou seja, a infinita brincadeira intercambiante das variáveis históricas e sociais dos regimes de poder e saber que configuram, nas palavras de Deleuze e Guattari (1995), o plano de consistência, os estratos, os agenciamentos e as máquinas abstratas. “É por isso que Nietzsche não acredita nos grandes acontecimentos ruidosos, mas na pluralidade silenciosa dos sentidos de cada acontecimento. Não existe um acontecimento, um fenômeno, uma palavra ou pensamento cujo sentido não seja múltiplo” (Deleuze, 1985, p.9).

Assim, supor que existe um modo totalizável de compreensão acerca do que seria a conceituação da solidão, seria incorrer na mesma armadilha das metanarrativas. É impossível concebê-la independentemente de um olhar perspectivista e atrelado a práticas sociais. A proposta, então, é mapear uma pluralidade de pontos heterogêneos que se interligam a partir

de uma parcialidade de relações entre capitalismo, espacialidade, concepções de sujeito, relações de produção, formas jurídicas, etc., a fim de mapear dispositivos que maquinam políticas de solidão. Ademais, são relações que se inscrevem através da materialidade de corpos marcados por classe, gênero, raça... Daí, importa também frisar que não é intenção falar em nome do outro. Não há compromisso com a verdade acerca do que aqui for relacionado à política de solidão.

Toma-se a cidade não meramente como um vetor espacial ou ponto georeferencial, mas sim como parte de uma máquina composta por diversas engrenagens que exercem ativamente a fabricação de determinados modos de viver a experiência do urbano. Nessa direção, há a condução do pensamento de Foucault (2008b) nas linhas que seguem. São pistas que o autor oferece para o entendimento do complexo jogo político que estamos imersos.

Em seu método genealógico, propunha a afirmação da heterogeneidade dos processos no campo problemático sobre o qual se debruçava em suas pesquisas. Em contraponto ao pensamento dialético hegeliano, que polariza e reduz a realidade a díades que tendem à síntese na unidade, a heterogeneidade da genealogia é a afirmação de termos que necessariamente não se excluem. É o estabelecimento de alianças e pontos de convergência entre termos ou, ainda, é a afirmação de relações entre campos que aparentemente não são à primeira vista relacionáveis. Pela própria característica do pensamento, os grandes termos duais costumeiramente tornam inteligíveis os processos, mas que um olhar mais atento os dissolvem. Neste método, sustenta-se a disparidade entre múltiplos termos, mas que em determinados pontos se encontra:

(...) como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral (Foucault, 2009, p. 134).

Daí também por que a escolha metodológica de trabalhar com narrativas que mesclam a experimentação com o literário. O campo problemático que se apresenta dialoga diretamente com os modos do pesquisador viver a cidade, os encontros a que se permite, as experimentações que daí advêm, além de imiscuir vivências diretamente relacionadas ao campo de trabalho da escuta clínica. Essas vivências também são oriundas de aparelhos de Estado vinculados às políticas públicas, seja como trabalhador de uma Unidade Básica de Saúde ou como estagiário em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Hesito mencionar a função de psicólogo nesses aparelhos, por entender que o campo de

práticas é infinitamente mais complexo que este campo de saber, mas é daí também que se parte. A busca que se faz é de constituir certa inteligibilidade para essas vivências.

Igualmente, o exercício das produções narrativas busca deslocar das personagens qualquer ideia de identidade ou de um suposto “eu”. Intenta, antes, agregar diferentes linhas de segmentaridade junto ao plano de forças para visibilizar e desmanchar as máquinas identitárias que as fabricam. A proposta é, pois, voltar aos fragmentos de vida, respingos de potência, rastilhos existenciais que conectem forças ativas junto à escrita e à vida.

Este método é então também uma exploração do pensamento em rizoma, sempre em transformação, tanto na molaridade quanto na molecularidade, “subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 15). É a tentativa de não perder de vista a multiplicidade e a heterogeneidade inerente à vida e desestabilizar, mesmo que infimamente, as relações no campo de saber-poder a constranger o corpo e a alma. Lançar-se contra o Uno e seu inerente verbo ser para fluir a operação do devir no rio de Heráclito:

(...) o E já não é nem mesmo uma conjunção ou uma relação particular, ele arrasta todas as relações existem tantas relações quantos E, o E não só desequilibra todas as relações, ele desequilibra o ser, o verbo...etc. O E, ‘e...e...e...’, é exatamente a gagueira criadora, o uso estrangeiro da língua, em oposição a seu uso conforme e dominante fundado sobre o verbo ser (...) o E é a diversidade, a multiplicidade, a destruição das identidades” (Deleuze, 2013, p. 62).

Em outras palavras, dispõe-se à construção de mapas que produzam paisagens a respeito do viver solitário no contemporâneo. É também, portanto, a produção de uma narratividade em direção aos caminhos benjaminianos, quando concede às personagens da narrativa a possibilidade de ação política, a dissolução de uma experiência que se diz particular, um indivíduo e suas posses. Lança-se, assim, essa experiência no campo social. Esta era a intenção de Benjamin ao afastar-se das produções literárias individualistas de Proust, um de seus grandes inspiradores, na escrita de “Infância Berlimense”. Como bem aponta Gagnebin (2011, p. 79-80), para Benjamin, era “exigência política e ética não parar de sonhar, porém muito mais, de juntar energia suficiente para confrontar o sonho e a vigília e agir, em consequência, sobre o real”.

As personagens das narrativas que compõem este trabalho se apresentam menos “como função geral assumida por um indivíduo que como funcionamento de um agenciamento polívoco do qual o indivíduo solitário é uma parte, a coletividade que se

aproxima, uma outra parte, uma outra engrenagem – sem que se saiba ainda qual é esse agenciamento” (Deleuze & Guattari, 2014, p. 153). Esses indivíduos, constituir-se-ão enquanto um índice dos agenciamentos indissociáveis do que também se constitui como coletivo. Da mesma forma, uma máquina ou muitas máquinas integram um agenciamento e não são apenas técnicas em si, são também circunspectas de devires das mais diferentes constituições, logo máquinas sociais. Isso porque o corpo, a alma e o desejo são peças integrantes das máquinas. O desejo não cessa de produzir e reproduzir a máquina abstrata, estabelecer linhas de fuga moleculares ou se reterritorializar nos segmentos, estes com seus poderes e territórios (Ibid, 2014). Nas palavras dos autores:

Deve-se dizer igualmente que um agenciamento tem *pontas de desterritorialização*, ou, que dá no mesmo, que ele tem sempre uma *linha de fuga*, pela qual ele mesmo foge, e faz escoar suas enunciações ou suas expressões que se desarticulam, não menos que seus conteúdos que se deformam ou se metamorfoseiam; ou ainda, o que dá no mesmo, que o agenciamento se estende ou penetra em um *campo de imanência ilimitado* que faz fundir os segmentos, que libera o desejo de todas as suas concreções e abstrações, ou, ao menos, luta ativamente contra elas e para dissolvê-las (Deleuze & Guattari, 2014, p. 154).

A escrita não reproduz mimeticamente o mundo, porque é constituída pelo inacabamento. É a sensibilidade para com o mundo num fluxo que desemboca na construção de narrativas e mapas. Escrever se torna uma medicina, quando rompe com as correntes de uma vida que tem suas possibilidades trancafiadas num conjunto de modos de vida subjugados a relações de dominação (Deleuze, 1997). No entanto, “escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relação de corrente, contracorrente, de redemoinho de fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política, etc.” (Deleuze, 2013, p.17).

Quais elementos, então, considerar para se produzir narrativas de como se vive as cidades no entrecruzamento da produção de sujeitos, de dispositivos de poder e das linhas de fuga que possibilitam? Por um lado, a imagem totalitária de uma única forma de planejamento em que os centros de poder burocráticos e corporativos viriam a determinar suas arestas. Por outro, a cidade que se constitui pela rápida capacidade de incorporar novos mundos às suas ruas, daqueles que afirmam modos de viver disruptivos às linhas molares. São muitas cidades operando concomitantemente dentro de uma mesma e sólida cidade. A plasticidade que a constitui permite a produção de uma relativa abertura para a diferença, mesmo que de imediato e novamente solidifique seus muros.

Residem e se expressam através das cidades os muitos modos de subjetivação seja pela iminente violência; pelo risco constante com que nossos corpos se deparam com o imprevisível quando a rua se abre ao passeio; ao trânsito demasiadamente organizado na idealidade, mas que rapidamente assume sua caoticidade ao menor imprevisto; das condições de trabalho de máxima eficiência ao menor custo que dispõe o homem-empresa de nossos tempos; e mesmo crença ou abandono dos grandes projetos da modernidade que buscavam a cidade perfeita. Cadeias de fluxos caóticos que buscam a relativa manutenção da vida. Feixes que imiscuem relações econômicas, jurídicas, teleológicas, administrativas, informacionais, biológicas, etc. se sobrepõem umas às outras provocando uma estabilidade operacional para quem ali vive. Mas justo porque é relativa esta estabilidade, à menor imposição de forças, todo o rearranjo pode se desorganizar e tornar a buscar uma idealizada harmonia. É um movimento incessante. Mais ainda, “no capitalismo, só uma coisa é universal, o mercado. Não existe Estado universal, justamente porque existe um mercado universal cujas sedes são os Estados, as Bolsas” (Deleuze, 2013, p. 227).

As aglomerações urbanas são o epicentro das formas hegemônicas de vida. Estilos de existência se imbricam como o jogo de produção de lucro do modo de operar do capitalismo, do mesmo modo que articula uma inventividade que escapa ao jogo que as produz. Os dados são lançados em direções imprevisíveis na tentativa de massificar a produção de subjetividade. Nunca são suficientemente bem-sucedidas as tentativas de captura dessas linhas.

Massa de indivíduos solitários, que se empreendem incessantemente em busca da glorificação ou simplesmente da fuga da miséria; destruição criativa de uma máquina de exploração e busca pela imortalidade são os meios do capitalismo. Invenção sobrepujante dos últimos séculos que desconcertantemente opera em nós. Comporta e agrega tudo sobre si, desde que colocado sobre a base do lucro. Nos seus movimentos de ave de rapina, concede toda a liberdade ao indivíduo desde que esse seja livre para o consumo. Consume-se tudo privadamente, a produção de subjetividade suprema de nossa época. São os olhos que desejam e devoram tudo antes do entardecer, talvez pelo medo do que a noite espreita. Criaram-se objetos que emitem luz para nos proteger do escuro.

O dinheiro é um ‘grande nivelador e cínico’, um poderoso solapador das relações sociais fixas e um grande ‘democratizador’. Como poder social passível de ser detido por pessoas individuais, ele forma a base de uma liberdade individual muito ampla (...). O dinheiro unifica precisamente através de sua capacidade de acomodar o

individualismo, a alteridade e uma extraordinária fragmentação social (Harvey, 2012, p. 100).

Outra característica de nossa política contemporânea é a capacidade de conexões informacionais a que estamos sujeitos. Há um certo apassivamento das sensações do corpo, descargas de violência, dor e sexualidade diárias inundam e anestesiaram nossos sentidos (Sennett, 1997). Ao mesmo tempo, multiplicidades de outras conexões também se abrem para a criação de novas máquinas no domínio da virtualidade. Novos elementos técnicos vão se integrando à máquina individualizante. As relações de dominação dependem necessariamente do controle do contexto material da experiência pessoal e social. Nesse sentido, o domínio sobre o espaço e o tempo em suas características materiais e de significância são inerentes à imposição de um determinado modo hegemônico de produção de subjetividade. No contexto capitalista, o valor é mensurado pelo dinheiro. Semelhante, o valor não pode ser dissociado da mensuração do tempo envolvido no trabalho. O tempo também não pode ser dissociado do espaço no deslocamento para o comércio. Dinheiro, tempo, espaço estão intrinsecamente conectados na valoração do trabalho.

A espacialidade ou como a relação entre os corpos justapostos em localidades e suas variações daí decorrentes são fator determinante que intervém na experiência. A cidade e sua multiplicidade são um campo problemático profícuo em função da diversidade que congrega. Velocidade é outro elemento que chancela a vida no contemporâneo. Ela é produção de lucro, fluxos instantâneos, redução de distâncias, anestesia do corpo, evitação de contato. Ao mesmo tempo em que acelera os vínculos que se desmancham ao menor toque na tela do celular, outras conexões se abrem no campo da virtualidade (Harvey, 2012).

São cidades projetadas para permitir o escoamento de capital, a segregação da diferença, a aniquilação do improdutivo, o lazer em comprimidos de torpor. Há, contudo, a vida e suas erupções que empregam rearranjos mesmo aos projetos mais totalizantes e absolutos. Parte-se então da tradução desses projetos traçados e a produção da política com relação à cidade, relações de poder que delineiam a experiência dos corpos ao mesmo tempo em que operam desterritorializações. Tudo isso nessa trama caótica do tecido urbano.

Nas páginas que seguem, percorrer-se-á alguns temas de um campo problemático que se acredita engendrarem alguns modos de viver solitário nas cidades. Seriam eles: a própria cidade; a relação entre espaço, tempo e velocidade no contemporâneo; a relação entre

individualismo e neoliberalismo em sua imbricada relação com o trabalho e os modos de produção; e campos de possibilidades que a solidão contemporânea apresenta.

Novamente, porque nunca é demais reiterar isso, por tudo ser pequenas e grandes ficções, não cabe a produção da Verdade sobre esses temas. Talvez os personagens estejam bem próximos daquilo que você está vivendo, talvez distantes. Talvez fale do seu vizinho de porta que você desconhece, talvez do seu cotidiano de trabalho. As linhas que compõem os personagens correrão em velocidades diferentes para cada um, mas isso pouco importa. Vale mais experimentar intensidades. Talvez já se esteja sendo outro, talvez nada o afete. Aceite, recuse, descarte, use ou faça como bem quiser.

Felicidade

I

Terceira vez que o despertador toca! Como de costume, sente uma imensa vontade de não se levantar da cama. Os sentidos captavam de maneira turva o mundo ao redor. Percebendo-se de pé, veste alguma coisa e vai até a cozinha mexer nos armários em busca de algo que lhe tire a sensação de vertigem. Armários e geladeira estavam vazios. Decide, então, buscar algo para comer. Ao entrar no elevador, percebe-se pálido, olheiras profundas. Cumprimenta o porteiro na saída do prédio que nem sequer levanta a cabeça ou emite qualquer som monossilábico. O cenário de sol escaldante da rua logo toma o seu corpo. Olhos se comprimem – merda que esqueceu os óculos de sol! Uma multidão se desloca nos mais variados sentidos da calçada em uma polifonia inaudível. Está ele no meio dela. O corpo se comprime e mais vertigem. Quer atravessar a rua, mas o fluxo do trânsito é tão intenso quanto o de pessoas. O sol, o barulho e o movimento não permitem que consiga enxergar claramente em rostos a infinita multidão. Olha para o alto como que querendo um ponto de tranquilidade no ambiente, algo que não o machucasse. Buscava respirar para não ser tomado pela angústia. Tarde demais, já estava seu corpo imobilizado. Algo o invadia. Olha em direção ao chão e percebe que junto à multidão haviam formigas. Milhões acompanhando o caminhar das pessoas. As formigas estavam já em seu corpo em movimento frenético que adentrava sua carne. Sem ar, acorda.

II

Um ser angustiado se encontrava em movimento agitado no decorrer de uma madrugada em mais um dos tantos apartamentos que se encontram pela cidade. Sua angústia era tanta que não permanecia muito tempo no mesmo lugar. Sentava-se em frente ao computador e, de impulso, ia a outro cômodo, voltava. Neste caminho, desviava de móveis de bom acabamento. Representavam pequenos troféus de distinção social. Tudo alinhado na mais estreita lógica da funcionalidade. Móvel esta passível de ser adquirida por uma parcela seleta da população estrategicamente posicionada sob medida, igual aos móveis. A possibilidade de ser alguém em meio à multidão que habitava outros tantos apartamentos desta distinta classe social. Eram livros de arte, filosofia e objetos adquiridos em viagens pelo mundo de algum povo-fetice que oferecesse qualquer história para contar aos nem sempre tão ilustres convidados. Fruto de

pequenos privilégios que a vida (leia-se, seu pai) foi lhe proporcionando. Todos invisíveis naquele momento da asfixia caminhante.

Neste caso, o ser se encontra ameaçado por pensamentos que pululavam a respeito da vida.

Não os tinha por hábito. Sempre que diante de sinais mais severos de crise existencial, utilizava dos mais diversificados instrumentos para se distrair. A lista é bem extensa, melhor resumir em ordem de consumo: trabalho excessivo, exercícios físicos programados, festas seletas em casas noturnas, álcool, pornografia. Mas me deterei no principal, o celular. Enquanto se via absorvido diante do retângulo luminoso, consumindo informações através de contatos sociais em rede, sua angústia parecia ter alívio.

Naquela noite infeliz, contudo, não estava sendo assim. Mesmo isso não remediava. A propósito, o ser tomava comprimidos para melhor não sentir. Tomava dois de cada por dia. O médico que consultava afirmava peremptoriamente a imprescindibilidade de tomar os medicamentos. Quando buscou ajuda psiquiátrica pela primeira vez estava com a constante sensação de sufocamento. O médico havia recomendado o início de uma terapia. O angustiado resistiu. Queria apenas que o remédio solucionasse o que sentia. A dose perfeita em que pese a garantia de um gradiente de felicidade e entorpecimento, permitindo que qualquer crise ou mal-estar corporal fosse rapidamente sanado. Não era necessariamente a morte o seu temor, era antes o fracasso. Esse era o seu maior medo.

Era empresário. Tinha uma loja de materiais de construção suficientemente rentável. Sua maior preocupação era que a qualquer momento sua loja fosse falir e seus dias terminassem nas ruas, vivendo de restos, invisível. Dedicava a maior parte do seu tempo em prosperar no negócio que absolutamente não fazia nenhum sentido para ele. Fazia isso também porque se preocupava com suas duas filhas, queria proporcionar uma boa educação, afinal nenhuma das duas havia pedido para nascer e ele e sua ex-mulher deliberadamente decidiram as colocar no mundo. Mais por vontade da mulher e querendo agradá-la, cedeu, como de costume.

A propósito, a última noite de angústia que recorda, anteriormente a esta que agora vive, foi quando sua ex-mulher e suas duas filhas saíram de casa. Estava decretado o divórcio e a queixa era a ausência. O ser era o culpado, obviamente. Não relutou e nem quis grandes explicações. Agora, mantém com as filhas uma relação mediada por pequenos regalos, boa educação, *ballet*, aulas de inglês, o futuro na universidade particular. O contato é restrito a poucos dias ao longo do mês, quando não está ocupado com o preenchimento dos itens da lista da angústia, se vocês bem recordam. Tem por elas afeição, mas não se sente à altura.

Voltemos para a noite que se tornou dia. Na primeira hora possível, marcou a consulta com o seu psiquiatra que cordialmente abriu uma exceção em sua agenda. Obviamente, sentiu-se culpado por estar tomando parte do precioso tempo do outro. Enquanto ia ao encontro dele, rememorava a sua angústia. A origem ele sabia muito bem e sabia que esta seria a pergunta que o psiquiatra iria lhe fazer. Não sabia de que maneira iria lhe contar o que havia acontecido.

Na madrugada anterior, em meio a sua angústia, sentiu um impulso irrefreável de ver a rua e respirar. Tomou as chaves do carro importado na garagem e saiu sem destino algum. Queria apenas sentir a cidade e a liberdade que a noite oferece. Vagou por muitos quilômetros. Ora sentia a necessidade de acelerar o carro em um fluxo que tudo a sua volta se desmanchasse, ora andava lentamente com o júbilo de um tempo que passa devagar e a perceber os detalhes da cidade como se fosse um observador externo. A noite se encontrava deserta e isso o reconfortava.

Ao entrar em uma das ruas, sob a luz de um poste entremeado por sombras de árvores, encontrou travestis no exercício daquilo que, para muitas, é sua sobrevivência. Algumas estavam a conversar em uma das esquinas, outras deixavam seus corpos expostos na rua para bem servir à clientela. Dentre elas, havia uma com cabelo escuro, ondulado e químico. Quando a viu, foi tomado pelo desejo de que aquele corpo e a situação seriam capazes de satisfazer algo em si próprio. E foi assim que um mundo outro de possibilidades lhe foi apresentado. O encontro durou menos de duas horas em um motel próximo dali. Trocaram apenas palavras necessárias para o bom andamento da negociata e alguns cigarros. Os corpos justapostos de ambos estavam em harmonia. A vida se manifestava naqueles suaves movimentos. Terminada a dança, consumido o produto e pago o devido valor, os dois se separaram.

Agora, já dia, faltar-lhe-iam as palavras diante do psiquiatra. Estava ele e o senhor circunspecto, seu médico. Os dois fitavam-se nos primeiros minutos e o silêncio somente foi rompido pelo psiquiatra ao perguntar como andavam as coisas para o ser. Moralmente culpado, sua resposta: tudo vai bem, minhas filhas vão bem, o trabalho vai bem, estamos todos bem.

2 A cidade como você sempre sonhou ao alcance de suas mãos

Talvez não haja muitas semelhanças entre Hitler e o Anticristo, mas muita semelhança, em contrapartida, entre a Nova Jerusalém e o futuro que nos prometem, não só na ficção científica, mas antes na planificação militar-industrial do Estado mundial absoluto. O Apocalipse não é o campo de concentração (Anticristo), e sim a grande segurança militar, policial e civil de um Estado novo (Jerusalém celestial). A modernidade do Apocalipse não está nas catástrofes anunciadas, mas na autoglorificação programada, na instituição da glória da Nova Jerusalém, na instauração demente de um poder último, judiciário e moral.

Deleuze

As cidades são estórias e história, vozes difusas nas multidões que perpassam as vias, diante de estátuas de bronze que compõem um filamento que aglutina fragmentos de memória sob uma determinada ordem. Nem tudo que se viveu, esse grande filamento incorpora. Estreitos becos de chão batido ouvem a conversa de vizinhas, largas avenidas de asfalto e sinais de trânsito sem se saber cruzar. É a voz rouca do vendedor informal de guarda-chuvas, quando o céu ameaça desaguar sobre o que de aderente ficou entre os deslocamentos do cotidiano; é o empregado do banco, temendo o segundo atraso da semana e advertência, a ameaçar a senhora do veículo da frente por trancar o trânsito (se fosse um homem ao volante, não teria a mesma ousadia); é a cordialidade, no esboço de um sorriso, com que desconhecidos se tratam depois do choque entre ombros; é o olhar consternado de uma criança que precisa vender panos de prato ao longo do dia a contemplar os brinquedos de uma praça. No metrô, depois que se trabalhou, cabeças para baixo em direção a um retângulo luminoso - conexões de alívio para alguns, devaneio de outros.

Para iniciar o diálogo a respeito do fenômeno das cidades contemporâneas, é necessário antes elencar em que platô se habita. Nesse sentido, os agenciamentos (ou dispositivos) são engrenagens que não cessam de produzir o real, na materialidade dos corpos e na virtualidade da alma. Perpassam o corpo individuado, mas não são de ordem pessoal. São constituídos pelo desejo e produzem movimentos constantes de territorialização e desterritorialização em relação aos estratos e em sua abertura com o Fora (Deleuze & Guattari, 2014). Os agenciamentos são sempre relativos, conjugação de pontos específicos articulados em um dado momento e espaço, por isso as datas. A cartografia destes agenciamentos também é sempre relativa, mas necessária para o seu desmonte e produção de linhas de fuga para que novos agenciamentos possam se acoplar aos devires (Deleuze, 2013).

Os modos de produção de subjetividade não fogem a este princípio, dissolvendo também a premissa da interioridade do sujeito e seu desejo ou vontade unívoco. Deleuze e Guattari oferecem no lugar a pura maquinação desejante dos agenciamentos. O agenciamento, ao mesmo tempo em que se direciona à materialidade dos corpos, também opera pelos procedimentos de estratificação. Contudo, não para de se desfazer ininterruptamente através daquilo que faz “passar e circular partículas a-significantes, intensidades puras, e não para de atribuir-se os sujeitos aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 12).

Parte-se deste conceito para conceber as dicotomias indivíduo/sociedade, humanos/natureza ou cidade/campo, como sistemas abertos e intercomunicantes. Operam por várias entradas e saídas na constituição dos agenciamentos maquínicos dos corpos e dos agenciamentos coletivos de enunciação ou, de outro modo, formações de poder e estratificações do saber. Tudo o que percorre a cidade, na medida em que o tempo e o movimento acontecem, não só é produzido pela cidade em sua pluralidade subjetiva, como também é o que produz a própria subjetividade.

Assim, as cidades são agenciamentos de natureza econômica, biológica, informacional, científica, estética, jurídica... desenhando-se numa amálgama de possibilidades, tanto no campo molar, como no molecular. Topologia de produção de singularidades em que se ocupa conforme a qualidade das forças que afetam ou são afetadas. Topologia também emissora de enunciados que arrastam essas singularidades para dentro da linguagem e suas estratificações. Ao que Deleuze e Guattari designam caosmos:

Só há pontos fixos por comodidade da linguagem. Na escala da evolução universal, qualquer demarcação desse gênero é impossível... A vida na terra se apresenta como uma soma de faunas e floras relativamente independentes com fronteiras por vezes movediças ou permeáveis. As áreas geográficas só podem abrigar aí uma espécie de caos ou, quando muito, harmonias extrínsecas de ordem ecológica, equilíbrios provisórios sobre as populações (1995, pg. 63).

As cidades não estão distantes dessa paisagem sempre a se modificar por aquilo que é fluxo inocente, ao mesmo tempo que reifica e atualiza suas estruturas. As cidades, através do que as povoa em seu aparelho de Estado, arquitetam a produção de relativas segmentaridades: dicotômicas, circulares ou lineares. Os três tipos se inter cruzam em sua perpétua ligação com os estratos e suas distribuições. Os sujeitos não cessam de povoar as linhas de segmentaridade, podendo estar em várias ou saltar de umas para as outras dependendo do contexto. "Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e

socialmente" (Deleuze & Guattari, 1996, p. 93). Dicotômicas quando operam divisões do tipo homem/mulher, público/privado, urbano/rural; circulares ao segmentarizar em bairro, cidade, estado, país; lineares quanto à processualidade e à passagem do tempo.

As sociedades primitivas, como afirmam Deleuze e Guattari (1996), são marcadas mais fortemente por segmentaridades binárias, mas as do tipo circular também operam em menor intensidade. A presença do Estado, por sua vez, e sua segmentaridade propriamente centralizadora, opera por ressonância nas multiplicidades de círculos espalhados até o limite de sua extensão, estratificando camadas pela sobrecodificação. Marcas na alma e no corpo: classe, gênero, raça, colonialismo, pensamento judaico-cristão, neoliberalismo, biopolítica...

Mas mais ainda, o que define as cidades para Deleuze e Guattari (1997) são os circuitos que se produzem, pontos de estabilidade e fluxos. As cidades são possíveis pela capacidade de entrada e de saída a incessantemente produzir desterritorializações nos pontos já sedimentados. Pontos que obedecem a coordenadas do Estado e suas operações de sobrecodificação, na mesma medida em que se movem forças em direções não previstas. Ritmos e intensidades de entrada e saída de uma rede conjugada pelas suas conexões, incluindo o que está articulado extrafronteiras, é o que a constitui. Bem diferente está o Estado e sua monomania universalizante. Escapa-se do aparelho imperial do Estado e se é incorporado parcialmente.

Contundentemente, na perspectiva dos autores, a crença de um evolucionismo econômico, em que há uma sucessão de organizações, é "puro desejo romântico de etnólogos". Tudo coabita em hibridismos desde a história a se perder de vista. Por exemplo, a lógica estatal da universalização e estratificação dos significantes já se fazia presente nas sociedades primitivas ou sem estado. O que havia nelas eram mecanismos que refutavam os processos em que as estruturas e as capturas eram adensadas. Quando havia o agenciamento da máquina de Estado, esse processo se irrompia de uma só vez. "Tudo pressupõe o Estado, justamente porque houve sempre e por toda parte Estado. Não é somente a escrita que supõe o Estado, é a palavra, a língua, a linguagem" (Deleuze & Guattari, 1997, p. 119).

Todas as formas de coabitação se agenciavam nos processos de territorialização e desterritorialização, ocorrendo a interpenetração das camadas desde sempre, seja em seu nomadismo, seminomadismo e sedentarismo; ou sociedades de coletores, de caçadores, agrícola e industrial. Determinadas conjugações de forças, contudo, provocaram a consolidação de um Estado e sua força centrípeta. O que se tem na atualidade, então, muda de

forma na medida em que o regime de fluxos é estabelecido pela mercadoria, própria do regime capitalista. Este operando sempre no limiar de sua capacidade de sustentação e reinvenção (Ibid, 1997).

De modo semelhante, para Foucault (2008b), o Estado não se configura como uma entidade transcendente que paira como uma nuvem sobre o campo das relações, impondo seu poder diante dos indivíduos. Nem mesmo se configura como uma entidade que tem por finalidade seu próprio desenvolvimento, perspectiva reinante do século XVIII. O Estado se pressupõe enquanto o efeito de um conjunto de práticas que se atualizam de modo descontínuo e móvel (máquina nômade), mas que por outro lado, por sua natureza, se refaz perpetuamente (máquina imperial). Ainda, diz respeito a determinados modos de agir e governar um espaço, uma população ou uma finalidade. Nesse sentido, “só se pode pensar o Estado em relação ao que está além dele, o mercado mundial único, e ao que está aquém dele, as minorias, os devires, as ‘pessoas’” (Deleuze, 2013, p. 190).

Feita esta construção, cabe ainda uma ressalva. Dada a amplitude da temática e limites cabíveis a este estudo, a narrativa que será exposta de agora em diante neste capítulo se centrará em alguns elementos importantes do que viria a compor os dispositivos em uma certa cidade moderna e a solidão do homem contemporâneo. Não é intenção resumir aqui toda uma história das cidades, trabalho amplamente feito por autores clássicos com um fôlego e expertise da qual farei uso (Sennett, 1997; Mumford, 1998). O que segue é inevitavelmente parcial de modo que se aglutinam alguns elementos e ao mesmo tempo que se negligenciam outros.

Primeiro ponto desta ficção para a compreensão das cidades modernas são os seus prenúncios nas comunidades monásticas e feudais dos séculos IX ao XII. Na baixa Idade Média, a população agrícola se encontrava, fragilizada em função da precariedade de sua produção e dos ataques de tribos guerreiras e nômades. Foi através dos mosteiros que se produziu uma relativa estabilidade para a intensificação das relações econômicas locais e o crescimento populacional dos séculos posteriores, um estado imbricado com o outro. Concomitantemente, a organização feudal também ascendeu em torno das figuras políticas dos reis: servidão eterna em troca de proteção militar dispostas no interior das muralhas da cidade (Mumford, 1998).

Simplificadamente, foi isto que veio a produzir o florescimento dos centros urbanos, em especial Paris em 1250. *Cité, bourg, commune* eram três tipos de organização urbana da

Paris medieval. A primeira estava sob regência do rei e da Igreja, sendo o centro desses poderes. O segundo era mais populoso, mas ainda sob regência de nobres e da Igreja, essa última detendo a propriedade. A terceira correspondia à periferia da cidade com maior densidade populacional e sem proteção régia. Foi ao longo dos séculos XIII e XIV que houve a expansão da construção civil e os limites da cidade, antes murados apenas na primeira dos três tipos, foi se ampliando e incorporando os demais segmentos. O muro era a representação desse incremento na qualidade de vida das populações. Papel fundamental também exerciam as ruas para a circulação das mercadorias. Contudo, no interior da cidade, as condições eram desordenadas e precárias, uma vez que as construções eram feitas ao bel-prazer dos proprietários. Já o comércio era ressoante a essa configuração. As ruas, que eram seu local, passaram a ter os comércios expostos no interior das casas. Residências e comércio passaram a se encontrar no mesmo edifício. As trocas comerciais eram agressivas em seu fazer, tanto que homicídios eram recorrentes em função disso (Sennett, 1997).

A atividade econômica se constitui como importante força política. O comércio e o trabalho artesanal foram se tornando cada vez mais complexos a partir da cidade medieval, semente que posteriormente germinou a figura do homem econômico. Tanto que, no século XIII, pela primeira vez se institui o direito a propriedade privada mediante o esforço individual, claro! Privilégio que ficou reservado a apenas para grupos seletos da época, mas que qualificou uma mudança em relação à propriedade exclusivamente soberana (Ibid, 1997).

As disputas entre o poder religioso, soberano e econômico variavam em suas configurações conforme a localidade, mas uma certa consonância entre eles foi necessária para que a cidade pudesse prosperar. “As várias formas de segurança oferecidas pela religião, jurisprudência, pela prática econômica padronizada, não menos pela engenharia arquitetônica, uniam-se para assistir na fundação de cidades medievais” (Mumford, 1998, p. 278). No mais, embora as forças políticas se distinguíssem na cidade medieval, sua grande finalidade ainda era as práticas voltadas para uma vida cristã.

Só mais tardiamente, é que as trocas monetárias ganhariam importância e fariam transmutar o antigo sistema. Os antes servos migrariam para a cidade criando novos modos de viver. Os sistemas de comércio desenvolveriam uma nova classe, os mecenas, que acumulariam o poder monetário. A cidade então veria cada vez mais a dissolução de seus muros físicos e, em seu lugar, constituiria uma capilaridade de relações estabelecidas principalmente pelo comércio. As cidades-Estados mediterrâneas particularmente são exponenciais deste modelo ao longo do século XVI. O próximo passo, na estrutura de

dominação política-administrativa, se comporá através de relativas alianças e disputas entre o poder religioso, o poder da nobreza e o poder mercantil (Rolnik, 1995).

Neste mesmo período do florescimento das cidades-estados, outro elemento influenciaria o planejamento das cidades durante o período Renascentista. A redescoberta dos textos de Vitruvius, antigo urbanista romano, pelos renascentistas se retomou os princípios do corpo humano e sua relação com a projeção de uma cidade. O corpo do homem vitruviano, desenhado sobre um quadrado inscrito em um círculo garantia as justas medidas de proporcionalidade que o corpo humano apresentava. Sua perfeição simétrica viria a ser aplicada na arquitetura em algumas cidades do período renascentista, caracterizada pela disposição das ruas em linhas retas, o que dava a forma de um tabuleiro de aspecto relativamente quadricular (Sennett, 1997).

Uma vez que as pretensões imperiais da Igreja foram perdendo força com o avanço das trocas comerciais e o adensamento populacional nos feudos, novas organizações sociais foram sendo requeridas. O príncipe, detentor do poder soberano sobre seu território, constituía representativamente um conjunto de formas jurídicas a respeito da vida no interior de seu domínio. Isso porque, dentre outras razões, a intensificação das trocas comerciais conflitou diretamente com os dogmas da Igreja. A variante que passou a ter significativa relevância foi justamente o poder soberano, como um elemento que mediasse essas tensões. O Mercantilismo, para Foucault (2008b), foi a primeira tentativa de racionalização do exercício do poder para fins de governo, aplicado a táticas de governo que visavam a interferência em processos econômicos.

É o momento da unificação dos principados nos Estados modernos, bem como a concentração de mecanismos de poder em torno da figura do soberano. Os teóricos políticos, dentre eles Maquiavel, buscarão encontrar formas de assegurar o domínio em toda sua extensão do poder do rei perante o seu território. Aqui, a analogia do soberano enquanto alguém que administra o seu território como um pai administra sua casa e família, no sentido grego de economia, é o que figurará no entendimento dos teóricos (Foucault, 2008b). No seio das análises formais do poder pela teoria do direito, a constituição de um poder soberano está intimamente ligada à constituição de um pacto para a manutenção da vida dos súditos em torno dessa figura. “É o direito de fazer morrer ou deixar viver” (p. 287). A relação com o direito de matar é nuclear nesse tipo de poder, muito mais que o "deixar viver" que caracterizará a era do biopoder.

Outro fator fundamental que veio a influenciar a forma de concepção das cidades, foi a ocasião em que Willian Harvey publicou em 1628 a obra *De Motu Cordis* a respeito da circulação sanguínea no corpo humano. Embora a relação não seja direta, suas elucidações vieram a contrapor as concepções de calor sobre os corpos, até então vigentes, originando uma nova imagem modelo do que seria o corpo humano e a relação com a cidade. A ideia de circulação veio a coincidir com o surgimento do capitalismo moderno e suas implicações sociais. O individualismo foi um dos grandes efeitos. O desenho urbanístico igualmente foi adaptado às novas transformações que essa concepção dos ares e do sangue acarretou. Todo um rearranjo urbano buscava agora contemplar a livre circulação de pessoas e mercadorias, constituir espaços neutros para culminar numa população saudável e apta ao consumo. Paulatinamente, também, a saúde deixaria de ser concebida enquanto uma dádiva, passando aos efeitos de um corpo individual (Sennett, 1997).

Não para menos, a ciência econômica também passou a compreender a livre circulação como um princípio fundamental para a saúde do mercado. Adam Smith, em seu exemplo da fábrica de alfinetes “tentou demonstrar que através da divisão do trabalho inspirada pelo mercado, as pessoas envolvidas as suas operações desempenhavam papéis individuais distintos” e com isso aumentariam a eficácia de sua produção. Do mesmo modo, “quanto mais circulação houver, quanto mais especializado for o trabalho, maior será o número de atores individuais”. É o aumento da circulação de produtos que irá incentivar o mercado a produzir mais em cadeia. Mas é também o mercado que regulará o consumo a partir de sua necessidade (Idid, 1997, p. 225).

Esse efeito contingente entre expansão das cidades e ampliação das cadeias de comércio produziu a necessidade de organização dos sistemas de mobilidade e segurança dessas trocas. O lucro dependia de uma certa ousadia diante das incertezas, na mesma medida em que provocava a superação do humanismo científico vigente nos sistemas de pensamento. Lucro que passou cada vez mais a integrar os dispositivos políticos. Assim, a cidade adquiriu, ao longo dos séculos XVII até meados do século XIX, importância capital para os Estados administrativos que ali se formavam. Problemáticas como o adensamento populacional, as transformações na dinâmica das relações comerciais e seus limites de extensão, figuravam entre os projetos de cidade a que se ocupavam engenheiros e urbanistas.

Na medida em que o processo político de unificação dos Estados-nação foi ocorrendo, com o declínio do poder da Igreja, a pretensão imperial agora já não mais se constituía no horizonte para as administrações. Eram antes a necessidade de cada Estado-nação manter a

soberania sobre seu território e em relação aos demais Estados-nação. Há, durante o século XVII, a criação dos exércitos profissionais vinculados a cada país, porque será a partir da guerra que esta balança de soberania se manterá entre os estados europeus, com a ideia de que jamais um Estado venha a acumular poderio o suficiente capaz de dominar os demais (Foucault, 2008b). As próprias ruas passaram a ser planejadas, a partir do século XVII, com a finalidade de assegurar a funcionalidade operacional do exército em sua livre circulação pela cidade. Linhas retas que assegurassem a marcha militar passaram a constar no horizonte de planejamento dos urbanistas (Mumford, 1998).

É todo um conjunto de tecnologias e práticas a se desenvolver a partir da guerra que irá influenciar a disposição e planejamento das cidades, das cidades medievais do claustro monástico e das pequenas distâncias, para as políticas expansionistas e colonizadoras a base de ferro e fogo, acompanhado das aspirações de salvação pela fé cristã. A vida nas cidades passa a ter como elemento constante e constitutivo a presença dos exércitos regulares e a guerra inicia o seu processo de industrialização. Ao mesmo tempo, em tempos de paz, servia para intimidar a própria população. “O rifle, o canhão e o exército regular ajudaram a produzir uma raça de governantes que não reconhecia outra lei senão a de sua própria vontade e capricho”. (Ibid, 1998, p. 393).

Concomitantemente, no interior dos Estados administrativos, inicia-se o problema dos cereais. Será todo um campo teórico a respeito de como melhor permitir a produção, distribuição, armazenamento dos cereais. Estamos no auge do mercantilismo e é estratégico para a manutenção do poder soberano que se compreenda esse processo, visto que uma população com fome é uma população facilmente propensa à revolta. Temos então a formação de todo um tensionamento entre o poder mercantil com o poder soberano. Como poderia se dar esse processo de escoamento dos cereais nas relações comerciais internas e externas aos Estados-nação? Quem teria domínio sobre o modo que este processo se daria? (Foucault, 2008b).

É neste momento também que os Estados-nação passarão a investir sobre a vigilância dessa população. O surgimento da polícia administrativa ao longo dos séculos XVI ao século XVII se relaciona com a necessidade de agregar, gerir e potencializar as forças que compõem o Estado. Diferente do sentido hoje aplicado, sua difusão nos aparelhos estatais se dava em torno dos campos da pedagogia, da caridade, das transações imobiliárias e do comércio, no sentido de assegurar o desenvolvimento das forças do Estado. De fato, o que constitui um Estado de Polícia é sua vigilância sobre as ocupações de cada cidadão, principalmente

daquelas que viriam compor as forças produtivas do Estado. Desse modo, os objetos que viriam paulatinamente definir o que seria a polícia administrativa seriam o número de homens que compunham o Estado, as necessidades da vida enquanto subsistência, a manutenção da saúde, a garantia da atividade produtiva da população e o controle sobre a circulação de bens e serviços. Estes são elementos que configurariam o nascimento da ciência da economia política. É um ponto de inflexão em relação à máxima dos regimes soberanos do não morrer e sobreviver, passando agora ao problema de "fazer viver" e oferecer condições para a garantia de sustentação das forças produtivas, diretamente ligada às suas populações (Ibid, 2008b).

Não para menos, um novo campo de saber alvorece: a economia. O Estado de Polícia, intrinsecamente ligado ao processo de urbanização, visava o fortalecimento do Estado e conseqüentemente da figura do soberano numa relação direta com o disciplinamento de sua população. O campo da economia trará, por sua vez, principalmente sobre os meios de produção agrícola, a necessidade de liberação dos fluxos comerciais, reduzindo o poder autoritário estatal e ampliando a influência dos interesses particulares do mercado (Ibidem, 2008b). Em contraposição a este poder indiscriminado do soberano, emergirá todo um conjunto de teóricos que passarão a produzir outro tipo de compreensão do que viriam a ser as atribuições do soberano diante dos seus súditos. Embora alguns ainda conservem a analogia com o pai de família, paulatinamente, se entenderá o poder soberano enquanto necessariamente ligado ao bem-estar e fortalecimento de sua população, sendo esse seu último fim (Foucault, 1995). A população então será o alvo privilegiado de produção de saber e será entendida como peça principal para o fortalecimento e desenvolvimento dos Estados-nação. Emergirá também o entendimento da população como ente transcendente, sujeito de consciência e unidade irreduzível a ser explorada por essas ciências e mecanismos. A família, por sua vez, passará a constituir o núcleo basilar de estratégias de governo dessa população (Foucault, 2008b).

Em paralelo, o estilo de vida na corte também viria a produzir modificações no modo como as famílias organizariam seu espaço no século XVII. Primeiro, sobre as classes mais abastadas se deu a separação entre o local de trabalho e a estrutura doméstica. A sua difusão entre as demais classes somente ocorreria no século XIX. A classe média iniciaria seu afastamento das questões públicas, tendo como substituto suas preocupações privadas, interiores. Não por coincidência que o Romantismo, enquanto movimento estético, iria suceder e predominar sobre o Barroco posteriormente. Da mesma forma, os cômodos das

casas passaram a ter ambientes privados, com portas segmentando o espaço. As relações íntimas foram reinventadas (Mumford, 1998).

É também, a partir do século XVII, que tem início o que Foucault denominará por sociedades disciplinares, em que a população excedente ou desviante das funções produtivas que a cidade dispunha e os governos precisavam se haver, é destinado aos grandes primeiramente equipamentos disciplinares de confinamento. Comportam relações que passam a constituir a formação social dos sujeitos tanto em sua normalidade, como em seu desvio (Foucault, 2009). São os tempos de investimentos de tecnologias de saber e poder das escolas, fábricas, hospitais e prisões sobre os corpos entre os séculos XVII e XX. Essa última representando a disciplina e os dispositivos de poder por excelência. Esse poder disciplinar tem por objeto, assim, o corpo individual (Foucault, 1999). Sucedendo às sociedades de soberania em que o poder de fazer morrer e deixar viver era o mote, as sociedades disciplinares teriam como ideal a produção de técnicas, mecanismos e tecnologias para “concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior às forças elementares” (Deleuze, 2013, p. 223).

A primeira revolução industrial viria a consagrar este novo dispositivo com o surgimento de novas matrizes energéticas como o vapor e o carvão. As cidades passariam a conter, então, a massa de trabalhadores cadenciada pelo ritmo da fábrica e seu excedente para que fosse possível assegurar a mão-de-obra sempre disponível a baixos custos. A classe trabalhadora teve o deslocamento de suas práticas para o interior das grandes fábricas e suas condições de vida consideravelmente prejudicadas quanto à cidade. O século XVIII teve como mote a extinção das guildas e um novo de regime trabalho imposto, acirrando a competitividade e insegurança nos mercados. Novas relações emergem desta transformação, principalmente às ligadas ao problema da peste (Mumford, 1998).

De modo a confluir os processos, é a partir do século XVIII que haverá o surgimento de um tipo específico de campo teórico denominado economia política. Um campo de saber interno ao governo que visará, não mais como no direito que questionava a legitimidade de uma prática proveniente do Estado, mas quais os efeitos que virão a ser produzidos a partir de uma determinada prática. É um ponto de inflexão importante, por ser um poder que se regulará internamente ao governo, distintamente dos demais que tem sua regulação dada de maneira externa. A própria prática da economia política buscará estabelecer leis naturais no interior da própria governamentalidade. A relação que o governo estabelecer com essas leis

resultará no sucesso ou no fracasso, problema de eficácia. Eis uma das entradas da filosofia utilitarista nos mecanismos de poder da governamentalidade (Foucault, 2008a).

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a econômica política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Ibid, 2008b, p. 143).

Destaca-se também o aparecimento, junto à ciência econômica, da noção de naturalidade dos processos da economia e da população. A concepção de que seria possível uma espécie de regulação automática das taxas de natalidade e mortalidade, bem como da alta e baixa dos preços sobre mercadorias e serviços. Leis naturais provenientes desses fenômenos da vida que seriam, portanto, passíveis de ser submetidas ao regime da razão e posteriormente influenciadas. Como consequência, vai se abandonando parcialmente as práticas de um estado de polícia, que vigia e direciona, para as formas propriamente dos dispositivos de segurança modernos. Desse modo, a polícia passa a ser um destes elementos que condensam o papel de manutenção de uma determinada ordem. Surge, em contrapartida, a noção de que certas liberdades são necessárias para dinamizar o poder soberano. Liberdades essas que promulgavam um campo novo de práticas para indivíduos e populações, em especial as vinculadas ao mercado (Ibidem, 2008b).

Assim, na confluência de diferentes campos de conhecimento como a biologia, a estatística e a economia política se desenvolverão um conjunto de técnicas, mecanismos e tecnologias que tem como alvo a população ou, de outro modo, a espécie humana enquanto tal. Esse novo sujeito, a população, sofrerá intervenções no que tange aos próprios processos da vida: taxa de natalidade, reprodução, adoecimento, mortalidade. Mecanismos de maior sutileza que visam influenciar e regular de modo mais indireto determinados efeitos e causas. É inerentemente ligado ao problema das cidades modernas e seu crescente adensamento populacional essa nova forma de poder (Foucault, 1999). Para se ter uma noção, anteriormente ao advento da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra, o centro do império britânico, já havia três quartos de sua população habitando centros urbanos. Londres foi a cidade pioneira de um movimento seguido pelas demais de intensificação da densidade populacional conglomerada em centros urbanos. O período de 1849 até 1945 seria denominado “revolução urbana” em função desse processo (Sennett, 1997).

Trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma

média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida (Foucault, 1999, p. 293/294).

Com a Revolução Francesa, movimento que prescindiu das massas para se efetivar, os espaços da cidade de Paris sofreram novas reformulações. As avenidas e praças ganharam contornos norteados pelos valores iluministas de igualdade, fraternidade e liberdade. Tornaram-se amplos, desprovidos de obstáculos, propícios ao livre fluxo. Paradoxalmente, após isso, teve o efeito sobre as massas, antes contestatórias, de apassivamento diante desses espaços. Igualmente, sistemas e tecnologias de controle cívico passaram a constar na agenda dos governantes e grandes proprietários do setor imobiliário. Propostas de reformas urbanas sob a justificativa de manutenção da ordem e higienização pública passaram a ser implementadas nas principais cidades como Londres de John Nash, Paris do Barão de Haussmann ou mesmo Nova York. Mais passos foram dados nessa direção na medida em que novos e velozes meios de locomoção foram sendo inventados. O metrô de Londres produziu mudanças substanciais no deslocamento da classe trabalhadora. Reduzindo distâncias, a cidade pode se misturar mais. Foi também, nesse mesmo período, que as classes sociais deixaram de coabitar o ambiente doméstico. Padrões se utilizariam cada vez mais das recentes maquinarias domésticas que foram substituindo o uso de empregados, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (Sennett, 1997).

As transformações associadas aos transportes, trouxeram também uma certa demanda de conforto e descanso para as horas de trabalho, tendo cada vez mais assumido, de forma individual, essa demanda. O que antes, nos primórdios da Revolução Industrial, era um trabalho sem fim até a completa exaustão, aos poucos, foi se reconhecendo o limite e o rendimento dos trabalhadores. O tempo ocioso era conjurado para restaurar o potencial de produtividade para o dia seguinte. Os mobiliários, como as cadeiras e os vasos sanitários, foram cada vez mais incorporando esses ideais, tornando-se estofados, reclináveis. Nos transportes coletivos, o silêncio diante dos desconhecidos passou a imperar, com o mesmo valendo para a ruidosa, mas inaudível movimentação pela rua. Ser interpelado por estranhos, tornou-se cada vez mais desconfortável. “A cadeira e o café forneciam uma acomodação que unia o passivo e o individual. Quando a arquitetura incorporou meios mecânicos de isolamento, o café permaneceu intensamente urbano e polido, um lugar conveniente à interioridade” (Ibid, 1997, p. 279). Não muito diferente, foi o desenvolvimento dos sistemas de calefação, de saneamento básico e da luz elétrica, ao final do século XIX. Isso propiciou

um uso maior dos espaços internos das casas principalmente na ausência de luz solar. Todas essas inovações produziram conforto de fato aos cidadãos, na mesma medida em que ampliavam os espaços privados e individualizados (Ibidem, 1997).

É também o período de criação de um movimento estético que posteriormente seria denominado Modernismo em suas mais diversas vertentes. Ele passará por diferentes momentos, que vão delineando rumos diferentes na medida em que acontecimentos vão se sucedendo. O modernismo denominado “universal” ou “alto” atingiu sua consolidação a partir de 1945. Foi quando os centros de poder do capital corporativo que agora dominam até os dias de hoje retomaram o projeto iluminista de progresso vindo a influenciar os campos da arquitetura, literatura, cinema, etc. Na arquitetura, por exemplo, dois projetos foram viabilizados. Um direcionado a sustentar a imponência e o poderio das corporações justamente com seus ideais. Outro foi viabilizar em larga escala, condições de vida para uma população arrasada pela guerra (Harvey, 2012).

Os indícios da transição de uma sociedade disciplinar para a sociedade de controle já se manifestavam na estrutura arquitetônica moderna. Os arranha-céus em vidro e ferro abstraíram as dimensões de perspectiva da estrutura. Era “o retorno da supremacia da luz sobre a matéria, o descrédito da pedra, o declínio dos materiais densos das fachadas e das divisórias” (Virilio, 1993, p. 74). Essa estética, segundo o autor, antecipou as telas dos aparelhos eletrônicos e os efeitos sobre a estruturação das cidades. Deslocamentos em relação ao sedentarismo e a concentração de fluxos de um modelo de cidade para um:

Confinamento inercial fundado (...) sobre a polarização crescente das trocas e das atividades, polarização temporal, nodal, em que a interlocução e a interrupção de uma não-ocupação momentânea deveriam suplantar pouco a pouco o antigo nó de comunicação rodoviária, a plataforma giratória, a antiga segregação cadastral das províncias, dos bairros, em proveito único de uma organização do ‘tempo próprio’ onde as individualidades iriam se exacerbar progressivamente (com os riscos de conflitos e as lutas internas implícitas nesta situação (Ibid, 1993, p. 74/75).

É a partir de um número indefinido de elementos que estão se acumulando ou em circulação no interior do tecido urbano que um impreciso controle será exercido pelas probabilidades de relações entre esses elementos. A precisão e perfeição já não habitam o horizonte dos mecanismos de segurança. O que se tem por alvo é incidir parcialmente sobre os elementos a fim de direcionar os resultados sem, contudo, fixá-los em uma meta rigidamente constituída (Foucault, 2008b).

Haveria uma crise que marcaria o desenvolvimento de novas tecnologias (o que também inerentemente correspondia a uma nova mutação do capitalismo) para o surgimento do que Deleuze denomina de sociedades de controle. O que se transformou de uma para outra? Nas sociedades em que impera o confinamento, são moldes que apreendem os sujeitos os individualizando, enquanto que nas sociedades de controle são as modulações que dominam os modos de subjetivação. As modulações produzem auto deformações contínuas nos sujeitos a partir de determinadas variáveis numéricas. O sujeito é ininterruptamente medido pela sua performance, justaposto a variáveis quantificáveis, redução a cifras, cadeias de aminoácidos, etc. É a vida em moratória ilimitada, é o salário por mérito, a lógica empresarial aplicada à política. “Nas sociedades de controle nunca se termina nada” (Deleuze, 2013, p. 226).

Deleuze ainda exemplifica, pela problemática das relações com o dinheiro, o modo de operação desta nova configuração do social. Utiliza-se das figuras da toupeira monetária, para se referir à lógica disciplinar; e da serpente anelada, para introduzir o novo modo de subjetivação característico das sociedades de controle. A primeira correspondendo a uma lógica de acumulação, lastro ouro, detenção dos meios de produção; enquanto que a segunda compõe fluxo constante. “É um capitalismo da sobreprodução” (Deleuze, 2013, p. 227) que já está direcionado para a venda e para o mercado, mas para o produto finalizado e as vendas. “O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado (...)” (Deleuze, 2013, p. 228).

Elemento fundamental para o entendimento dos dispositivos de segurança é a noção de meio que surgira ao longo do século XVIII a partir da biologia. É através do meio que se estabelecerão determinadas relações de causa e efeito, semelhante à um ecossistema idealmente fechado. Certa circularidade das relações que se influenciam mutuamente. Em sua aplicação pela economia política, esse conceito tratará de um conjunto de dados naturais inscritos sobre um determinado espaço, tais como rios, montanhas, recursos naturais, florestas, bem como um conjunto de dados artificiais envolvendo por exemplo a densidade populacional de indivíduos, a quantidade de habitações, o número de estabelecimentos comerciais e as relações que daí decorrerão: “certo número de efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem” (Foucault, 2008b, p. 23).

De maneira semelhante, a personalização de uma certa identidade ou de um intimismo personalista aos habitantes da cidade vão se mesclando ao consumo de massa. Modo de

subjetivação já observado ao final do século XIX, que foi crescendo em intensidade e se atualizando junto ao movimento pós-modernista. Resulta então em certa fragmentação de um grande projeto de ideal de cidade, afirma antes os estilhaços que mesclam referências históricas a atuais agrupados semelhante ao procedimento de colagem, condensando tradição popular, novas tarefas funcionais, tecnologias e novos materiais. “O pós-modernismo abandona a busca modernista do sentido interior em meio à atual balbúrdia e afirma uma base mais ampla para o eterno numa visão construída da continuidade histórica e da memória coletiva” (Harvey, 2012, p. 83).

O pós-modernismo, de acordo com Harvey (2012), se manifestará a partir da década de 70 pela vertente de contestação dos ideais do alto modernismo. Em seu lugar, na arquitetura haverá uma busca de referências a partir das relações arquitetônicas e de vida que outros setores, que não o corporativo ou os grandes projetos desenvolvimentistas produziram. O planejamento da cidade balizado por um modelo universalizante e racional, centralizado no homem branco e europeu, típico do final do século XIX, começa a apresentar indícios de sua ruína. Os fluxos mercadológicos serão o que imperará doravante. “Assiste-se à passagem da cidade *planejada*, para a cidade *negociada*, (...) da tentativa de centralização no Estado se passa para a dispersão em projetos privados delegados então (plano e execução) à uma série de empresas, imobiliárias e empreiteiras” (Costa & Fonseca, 2013, p. 26). É a transição da gestão dos espaços públicos pelo Estado para o recrudescimento da interioridade dos espaços protegidos. A garantia de segurança em relação à multidão cidadina é simbolicamente representada pelas grades dos condomínios privativos ou mesmo os shoppings que proliferarão pelas cidades na certeza de oferecer segregação ao mesmo tempo que exclusividade às classes.

O cidadão tem em vista de suas ações seu próprio bem-estar integrado à relação com a cidade. Já o indivíduo está preocupado antes com suas garantias de liberdade individual. O poder público tem por função antes a garantia dos direitos humanos prevalentemente individualizados. Com efeito, a ascensão do individualismo tem produzido o declínio da perspectiva cidadã em que demais modos de vida sejam abarcados pelo poder público visando a pluralidade do comum. São os indivíduos a ocupar o espaço público. Em derradeiro, o próprio processo com o qual o Ocidente transformou a morte em experiência privada e sorradeira se deu na esteira do biopoder. A morte constituindo o próprio limite desta forma de poder. “O poder já não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado” (Foucault, 1999, p. 296).

Assim, fluxos são organizados em conformidade com a necessidade de deslocamento da massa trabalhadora. Os segmentos que organizam a vida em sua economia imperam sobre o corpo. As vias são circunscritas na medida em que o progresso, o grande progresso, faz-se necessário. Este ideal que circunscreve a produção econômica moderna, enreda a vida. Erguem-se pontes, elevadas, viadutos, para que nada impeça o fluxo do capital. Impera o uso dos meios de transportes privativos. As ruas são para passagem da indiferente multidão, encontros são como que por acidente. A prioridade é, antes de tudo, assegurar o lucro e manter a pétrea lógica de um sistema: produção infinita de divindades para alguns, sistema produtivo de morte para outros.

Além disso, o que se produziu no contemporâneo em relação ao espaço urbano é o seu progressivo adensamento. Isso se deu tanto pela redução do espaço de habitação das residências, como pela disponibilidade de diferentes composições de vida no fluxo dos meios de comunicação ao ampliar o acesso aos espaços mediante a relação digital (sem esquecer, claro! da massiva monetarização). “A operação em processo na nossa atualidade corresponde ao conceito de *contração*: a sobreposição dos espaços que se colocam virtualmente, de modo intensivo, disponíveis uns sobre os outros, ocupando o mesmo lugar” (Costa & Fonseca, 2013, p. 26). Igualmente, a rua e os espaços públicos se tornarão cada vez mais hostis aos habitantes do urbano. “Trata-se, também, de considerar que o espaço privado se expande e dilata por sobre as fronteiras do público, buscando, com seus diversos tentáculos, devorar as interações que lhe interessam. O público no privado, o público sem sair do privado” (Costa & Fonseca, 2013, p. 27).

O movimento pós-moderno flerta muito intimamente com o poder do mercado. O que antes estava submetido aos planejadores de Estado dentro da política intervencionista do pós-guerra, agora é o poder de mercado quem dita as regras e submete as populações que não usufruem desse poder aos processos de segregação e novos padrões de resultados. “O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos e shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação” (Harvey, 2012, p. 79).

Adensa-se paulatinamente as conexões com o ambiente eletrônico, subsume-se o espaço e comprime-se o tempo ao instante da imagem. A cidade é agora uma rede com centros instáveis e os Estados-Nação dirimem o disciplinamento dos fluxos. O capital agora flui em cifras, números, especulações em qualquer parte do globo. Se faz o reinado em que se

“privilegiam a intensividade monopolística multinacional em detrimento da extensividade do capitalismo nacional. (Virilio, 1993, p. 93).

Outra tendência expressa pelo pós-modernismo na arquitetura é um certo retorno a referências históricas. Numa relação quase que compensatória aos fluxos de capital que produzem mundos cada vez mais instáveis, a busca por referências identitárias foi um nicho mercadológico sujeito à exploração. De modo semelhante, há também uma miscelânea de referências das mais distintas partes do mundo condensadas em um só lugar, visto os fluxos migratórios e a globalização (Harvey, 2012). Nesse sentido, o aeroporto torna-se a arquitetura privilegiada dos dispositivos de controle. Ali, não é mais na encarnação da peste e seu disciplinamento que se direciona o dispositivo, mas sim na vigilância imanente dos fluxos a percorrer. Sob a justificativa de caça ao terror e sua intercepção que as câmeras, sensores de metais, códigos de acesso, vão se proliferar (Virilio, 1993).

Há toda uma modificação das relações sociais no decorrer das transformações pelas quais as grandes cidades vem passando. O senso de familiaridade, identidade com os locais vem se modificando. O que antes era uma maior proximidade com as histórias de vida dos vizinhos, prestadores de serviço, e todas as problemáticas suscitadas pelo gregarismo, o individualismo desloca para uma certa impessoalidade e cava uma interioridade. O dinheiro vem a acelerar e mediar as relações dos cidadãos. Ao mesmo tempo em que nas sociedades de controle “os indivíduos tornam-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornam-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos” (Deleuze, 2013, p. 226). O que não resta dúvida é que a forma de expressão mais pungente é o dinheiro, em sua flutuação nos mercados especulativos. “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (Deleuze, 2013, p. 228).

A ida à padaria é onde acontece o primeiro bom dia da senhora que tem os filhos morando em outro país; já subiu no ônibus o menino que agora vai para a escola sem os pais, sentindo que já sabe se defender; foi manchete hoje no jornal que indiciaram os dois embaixadores pegos transando no banheiro público em meio a uma das mais importantes convenções de economia; também em função dos bons momentos vividos ao longo dos dias, foi prorrogada mais duas horas de bar com os amigos naquela noite.

São territórios e deslocamentos que são produzidos e atravessam os cidadãos, mapas de quem vagueia por calçadas irregulares ou em meio ao trânsito, constituindo conexões. É todo um regime de intensidades reagindo molar e molecularmente sobre as forças do homem (a sensibilidade, a memória e o pensamento). Processos de subjetivação a povoar as cidades,

singularidades a passar e reorganizar constantemente àqueles que experienciam uma mesma cidade em sua(s) política(s).

Amor

Dois olhos castanhos me fitavam, impenetráveis. Toda a recusa de um encontro estava expressa naquele olhar. Ficamos por minutos em silêncio, muito mais ensurdecedor para mim do que para ele, não há dúvidas.

Essa talvez era a segunda vez que o juiz havia determinado esse tipo de situação. Era a quinta vez que estava caindo pelo mesmo motivo. Foi pego traficando entorpecentes em um dos becos de sua vila. Nascera e crescera ali. Tradição de família, seu pai estava preso pelo mesmo motivo. Seus dois irmãos mais velhos já estavam mortos também pelo mesmo motivo. Ele era o terceiro da linha sucessória e sua mãe contava com ele para que fosse possível o dinheiro. Uma vez acostumado a dormir com travesseiro, é bem mais difícil ficar sem.

Antes do nosso encontro, estive interno numa prisão para adolescentes durante seis meses. Como era a quinta vez que reincidia no mesmo crime, foi o ultimato do senhor juiz. Depois que saísse teria que frequentar compulsoriamente, por mais seis meses, encontros com uma pessoa que trabalhasse em um serviço de assistência social. Cá estávamos nós dois. Eu, ainda ingênuo, buscava salvar alguém de alguma coisa, talvez no meu mais alto delírio cristão. Hoje compreendo as contradições do trabalho que fazia na época. Nessa situação específica, significava inserir um jovem, negro, com baixa escolaridade no mundo do trabalho formal a partir de cursos profissionalizantes. Um trabalho ‘digno’ de uma miséria de salário e humilhações quase que constantes de clientes ou superiores. Tem também, claro, as infinitas horas dentro ônibus.

O tráfico, em compensação, oferecia possibilidades diametralmente opostas a todas essas qualidades que eu acabei de citar. A parte ruim dessa outra opção consistia na violência direta das relações e a possível morte precoce como destino. Que fique claro, que isso eu o penso.

A coisa passa a ser interessante mesmo, quando ele afirma que quer o curso profissionalizante. No instante, devo ter feito uma cara de espanto, porque ele era do tipo que ninguém mais acreditava que sairia vivo da vida que levava. Questionei então o porquê dessa escolha neste momento. Eis que os dois olhos castanhos que me fitavam impenetráveis, comunicaram-me uma tristeza dilacerante. Nunca conversaremos sobre ela ao longo dos nossos encontros. Hoje sei que, para ele, conversar sobre isso não era uma opção.

Gabriel sempre fora um menino retraído, daqueles que sentem pouca relevância no que falam. Também nunca sentira que houvesse alguém com quem ele pudesse contar. Seus irmãos mais velhos o rejeitavam sem ele entender o motivo. Sua mãe parcamente o enxergava, até porque sua irmã nasceu logo depois e lhe tirou toda a atenção. Lembrava vagamente do pai, que pouco vira, com uma sensação gostosa de infância. A escola, na adolescência, passou a ser algo que só lhe lembrava uma prisão sem sentido, mesmo frequentando uma só posteriormente.

É meio óbvio como se pode lidar com todas essas coisas. Temos o trabalho, temos o dinheiro e temos as drogas. Gabriel me dizia que era tipo uma espiral, que não tem muito como se fugir disso nesse mundo que a gente vive, ainda mais ele naquelas condições. O Deus que ele conheceu só sugava das pessoas. Melhor mesmo era o dinheiro. No fim, todo mundo morre do mesmo e não ia ser ele a ficar de cabeça baixa suportando tudo quieto. Morreu, assim, a primeira pessoa que ele precisou matar, mais fácil do que ele imaginara que seria.

Depois disso, as coisas mudaram. Passou a estar com outros colegas de trabalho. Era mais respeitado e andava armado. O trabalho passou a ser noturno, dividindo a ronda com vários colegas. Foi Rodrigo quem lhe apresentou a primeira carreirinha de pó numa tediosa noite de terça-feira sem movimento nenhum na área que estava sob sua jurisdição. Por muito tempo, conversaram sobre qualquer coisa, dando risadas enquanto acendiam um baseado. Era difícil olhar nos olhos de Rodrigo e não entendia bem porquê. Fazia tempo que Gabriel não sorria, não se divertia, nem se sentia tão bem ao lado de alguém. Quando amanheceu, estava deitado na cama sem conseguir dormir sentindo uma estranha felicidade.

Queria rever Rodrigo, mas ao mesmo tempo sentia medo. Demorou quase uma semana para que os dois se cruzassem novamente. Se não fosse Rodrigo tomar a iniciativa da conversa, teria ficado mudo o tempo todo ao lado dele. Gabriel já estava triste em ter que se despedir. Não soube onde guardar a alegria que sentiu quando Rodrigo o convidou para jogar videogame na sua casa. Era recíproco. Os dois se tornaram intensamente próximos. Iam em festas juntos, ficavam com as meninas juntos, usavam drogas, dançavam.

Surpreendentemente, Rodrigo convidou Gabriel para morar junto. Os dois, então, alugaram uma casa próximo à casa da mãe de Gabriel. Ele nunca imaginou que existisse esse tipo de sentimento em que as coisas parecessem plenas. Tudo era exatamente como deveria ser, sem medos, nem arrependimentos. Um dia que sucede o outro acompanhado de uma alegria quase que fundamental. Foram os dias mais felizes que já vivera desde então.

Sabe como são as coisas nesse mundo. Às vezes se perde o controle do que acontece. A espiral gira muito rápido. A sensação que a cocaína oferecia era forte demais para suportar seu revés. Os dois se viram sem freios diante da rotina. Um tiro de doze na cabeça de Rodrigo disparado por alguém representando um exército de um homem só (tanto faz o lado na guerra que se insiste em não ver) interrompe brutalmente a vida dos dois. Gabriel assiste atônito, em frente à porta da casa, ao esfacelamento de um amor.

São dias sem ver a luz do sol, deitado sobre um colchão no qual ele e Rodrigo compartilhavam os melhores e intensos sonhos. Parece que nada pode substituir a dor. Nada como a necessidade e a pressão de sua mãe para que volte às devidas atividades. O resto, vocês já sabem. Depois de cair, seis meses internado na instituição de reeducação para jovens, fita-me com os olhos. Eu, o vendedor de promessas profissionalizantes, que me desvelo um falsário para Gabriel. A prefeitura cancelou os cursos por falta de verba. Eu prometi, nós acreditamos. Nunca mais tive qualquer notícia de Gabriel depois que comuniquei o cancelamento. Acredito que ele tenha tido razões para nunca mais querer me ver. Escrevo isso para marcar a complexidade desse tipo de vida e afirmar o direito que ela tem em existir, mesmo que muitos não o queiram.

3 Venha fazer um crédito consignado e mudar de vida

Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo.

Deleuze

É através de um percurso pelo pensamento de Foucault que se realiza o traçado de algumas linhas de inteligibilidade à constituição genealógica da noção de indivíduo. O que interessa a este estudo está contido principalmente nos cursos ministrados durante o período de 1975-1981. Neles, o filósofo explora as racionalidades que constituíram os processos de individualização dos sujeitos ao longo das formações históricas do Ocidente, culminando no nascimento da biopolítica e das práticas neoliberais em torno do indivíduo-empresa.

Dessas racionalidades, destacam-se três formas de objetivação do sujeito, segundo o próprio autor: através dos discursos nos campos de investigação da linguagem; pela relação com os sistemas de produção na economia; e ainda pelos campos de investigação ligados à vida em seu aspecto biológico. Estratificações que conjugam à idade moderna ao longo dos últimos séculos e delinearam aquilo que hoje emerge como um dos modos de subjetivação hegemônico na racionalidade capitalista, o governo de individualização.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata e categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (Foucault, 1995, p. 235).

Primeiro ponto de inflexão desta longa tradição de práticas é o que Foucault denominará poder pastoral, bucólica tecnologia de poder surgida da relação entre o pastor e seu rebanho. Tem-se registros desde as mais remotas religiões do mundo, a exemplo do Egito Antigo em que o faraó era analogamente comparado a um pastor. Foi, contudo, o povo hebreu a quem mais se deveu a duração deste tipo de tecnologia na Antiguidade, percorrendo por toda Era Cristã e fornecendo as bases para a constituição do Estado moderno. “O Estado moderno, nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida. A pastoral cristã parece-me ser o pano de fundo desse processo (...)” (Foucault, 2008b, p. 219). Seria ele então uma combinação muito refinada entre técnicas de individualização e procedimentos totalizadores, na mesma medida em que se direciona à

organização plena e total dos processos sociais, incide sobre cada corpo de forma a individualiza-los.

No que, então, consistiria este tipo específico de poder? É um poder que não se distribui sobre um determinado território, como no caso do poder soberano. Ao contrário, produz-se pelo próprio deslocamento, estando vinculado à subsistência e ao zelo. A figura do sacerdote é quem primeiramente deteria este tipo de poder e seria, portanto, responsável pela condução das almas do seu rebanho. Ao mesmo tempo que se direciona para todo o conjunto de ovelhas, ocupa-se também de cada uma individualmente, paradoxo do pastor. Mecanismos que estabelece vários prolongamentos com o Estado Moderno, os dispositivos disciplinares e de controle (Foucault, 1995).

O problema da condução das almas e do rebanho será a questão com que se debruçará toda a pastoral cristã ao longo dos séculos, traduzindo-se na pergunta: como melhor conduzir o rebanho? Problema de governo na conduta das almas rumo à salvação perpassado ao longo dos séculos pela tradição da Igreja. Todo um conjunto de técnicas específicas envolvendo este tipo de poder, “o pastor guia a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade (Foucault, 2008b, p. 221).

O Cristianismo, enquanto uma religião da vontade de Deus, direcionada e destinada a cada alma em particular, aprofundou cada um dos pontos atribuídos às funções pastorais acima destacados. 1- Quanto à salvação, além do paradoxo do pastor, aprimorou-se a responsabilidade analítica (o pastor responde qualitativamente pelos atos de cada ovelha de seu rebanho); bem como a transferência de responsabilidade para ele dos atos de suas ovelhas; sacrificar-se junto às ovelhas diante dos perigos e, por fim; à correspondência alternada dos méritos e deméritos entre pastor e rebanho. 2 - Da mesma forma, aprofundou a relação de submissão completa em relação às hierarquias institucionais, em que o sentido maior se dava pela pura obediência independentemente de outros propósitos. 3- É, por fim, pela verdade oculta, verdade da interioridade que se estabelecerá um domínio integral do pastor em relação ao seu rebanho, sendo ele o detentor da verdade última a respeito do sujeito. Três são os procedimentos: identificação analítica, sujeição e subjetivação conforme demonstrado pelo filósofo:

O homem ocidental é individualizado através do pastorado, na medida em que o pastorado o leva à salvação que fixa sua identidade por toda a eternidade, em que o pastorado o sujeita a uma rede de obediências incondicionais, em que ele inculca a verdade de um dogma no momento mesmo em que lhe extorque o segredo de sua

verdade interior. Identidade, sujeição, interioridade: a individualização do homem ocidental durante o longo milênio do pastorado cristão foi realizada à custa da subjetividade. Por subjetivação. É preciso tornar-se sujeito para se tornar indivíduo (todos os sentidos da palavra sujeito). (Ibid, 2008b, nota de rodapé, p. 310).

A salvação, um dos elementos que compõe o poder pastoral, vem a se manifestar no Estado Moderno não mais se direcionando para um mundo além, mas através de objetivos mundanos como a saúde, a segurança, a subsistência. Movimento que se deslocou do outro mundo para este. Da mesma forma, toda uma multiplicidade de fatores de integração assegurou a continuidade da administração do rebanho: a família, a medicina, a polícia que conservam certas características dessa base eclesial e continuaram mesmo após o enfraquecimento desta última nos derradeiros séculos (Foucault, 1995).

É também no decorrer do século XVI que haverá uma intensificação do problema da conduta, seja tanto pelo movimento de Reforma, como pelo de Contrarreforma. Nesse sentido, será todo um campo filosófico e religioso que se debruçará sobre a questão de como se deve conduzir-se, conduzir a família, os filhos, a casa, etc. Cada vez mais, ao longo dos séculos seguintes com o mercantilismo ou o liberalismo, também passará a integrar e disputar o problema da conduta o mercado e o sistema de troca de riquezas, até o momento em que esses últimos figurarão como espaço privilegiado para a produção de verdades a respeito da arte de governar quanto mais próximo se está da atualidade. Este campo de produção de verdades implicará conseqüentemente nos limites estabelecidos para a arte de governar, a continuidade desse domínio infinito do Estado policial administrativo. É todo um campo jurídico, administrativo, filosófico, etc. que se erigirá a fim de garantir o fluxo seguro de comércio para as partes interessadas (Foucault, 2008a).

Dois países, em especial, exerceram, de diferentes modos, torções perante essa tensão estabelecida entre os campos de disputa envolvendo o poder soberano, o poder eclesial e o poder de mercado. Como resultado, produziu-se duas lógicas heterogêneas. O primeiro modo será vinculado ao direito público, preponderantemente ligado à França, em que se questionará quais os direitos imprescritíveis do Homem frente ao poder do Estado. O segundo, vinculado à Inglaterra, surgirá da própria prática governamental ao colocar o princípio da utilidade frente à razão de Estado. “(...) de um lado, vamos ter uma concepção da liberdade que é uma concepção jurídica – todo indivíduo detém originalmente certa liberdade da qual cederá ou não certa parte – e, de outro, (...) ela vai ser percebida simplesmente como a independência dos governados em relação aos governantes” (Ibid, 2008a, p. 57). Uma em relação ao sujeito de direito do contrato em que se supunham diretos naturais e sua sujeição as leis da sociedade.

Outra ligada à dinâmica da filosofia empirista do sujeito de interesse que assegurava uma mecânica egoísta em direção ao mercado.

Proveniente da filosofia empirista de Hume, o conceito de interesse fundamental a todo o pensamento do liberalismo e neoliberalismo. Uma noção inédita ao pensamento ocidental de que há uma vontade imediata e subjetiva: “Esse princípio de uma opção individual, irreduzível, intransmissível, esse princípio de uma opção atomística e incondicionalmente referida ao próprio sujeito – é isso que se chama interesse.” (Ibidem, 2008a, p. 372). O que na Idade Média significava a liberação em relação às obrigações feudais, neste outro momento era a liberação das restrições municipais em direção à acumulação e investimento privado. “Os apologistas dessa ordem, de Bernard Mandeville a Adam Smith, supunham que a procura de atividades individuais derivadas da cobiça, da avareza e do desejo exacerbado produziriam a maior quantidade de bens para a comunidade como um todo” (Mumford, 1999, p. 450).

Do mesmo modo, é próprio aos pensadores utilitaristas a noção de que uma providência divina maquinava as movimentações do mercado através dos indivíduos e sua liberdade de interesse, tendo como consequência também o desenvolvimento do bem público. Adam Smith, em 1786, na obra “Riqueza das Nações”, aplicará o pensamento mecanicista do relógio, em que a soma das partes comporá o todo e a compreensão dessas partes explicará o funcionamento do todo, para afirmar que: “sem intervenção alguma da lei, os interesses privados e as paixões dos homens conduzem-nos naturalmente a dividir e a repartir o capital de cada sociedade entre os diferentes empregos (...) de acordo com o interesse da sociedade como um todo” (citado por Passet, 2002, p. 53).

É o ato de fé na mão invisível do mercado sob a composição das forças sociais. *Laissez-faire* é propriamente o efeito desta harmonia pré-ordenada. Essa concepção foi amplamente difundida entre os teóricos liberais que buscavam transformar o controle do aparelho soberano sobre as movimentações do mercado. Novos passos em direção ao domínio dos interesses privados nos aparelhos de decisão política (Mumford, 1998). O sujeito de interesse então é um elemento diferencial para a definição do *homo oeconomicus* em relação ao *homo juridicus* ou *homo legalis*. Mais detalhadamente:

O sujeito de direito se integra ao conjunto dos outros sujeitos de direito por uma dialética da renúncia a seus próprios direitos ou da transferência desses direitos a outro, ao passo que o *homo oeconomicus* se integra ao conjunto econômico não por

uma transferência, uma subtração, uma dialética da renúncia, mas por uma dialética da multiplicação espontânea (Foucault, 2008a, p. 397/398).

O que prevaleceu no Ocidente, como se verifica na própria carne, foi a segunda linha de pensamento, a inglesa. Assim, serão três pontos de inflexão que a governamentalidade incorporará: a troca, a utilidade e a planetarização da economia. Disso, emergirá uma prática política voltada para os interesses de indivíduos, coisas ou coletivos numa complexa rede de elementos conjugando os direitos fundamentais e a independência dos governados. São os interesses que constituirão o pano de fundo do governo e que legitimarão seu direito de agir sobre todas as coisas. Para Foucault, a questão pétreia que o liberalismo vai colocar será: “qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas?” (Ibid, 2008a, p. 63, 64). Obviamente, a Europa e seus Estados-nação ocuparão papel central e privilegiado nestes pontos.

Enquanto que no período feudal de uma sociedade estamental, as funções já eram pré-determinadas antes mesmo do nascimento, sendo correspondente às posições ocupadas pelos progenitores, via de regra. No prenúncio da modernidade, os estamentos passaram a conter a necessidade de tornar-se merecedores dessa posição. Avançando mais ainda, serão as nominadas classes sociais, nas quais os indivíduos somente poderão pertencer na medida em que agregarem em si às características da camada correspondente por “mérito”. A divisão de classes é em si o acesso desigual aos meios de autoafirmação no interior de uma estrutura e é o que marcará a concepção da luta de classes do período moderno (Bauman, 2001).

É o liberalismo que colocará a questão da liberdade de modo que a partir da arte de governar se fabriquem determinados tipos de liberdade. Na mesma medida em que oferece a produção de condições para o exercício de determinadas liberdades, por outro lado destrói outras composições que a liberdade poderia assumir. Como exemplo, seria a necessidade de sustentar o mercado e criar compradores por mecanismos de assistência, legislações que visassem limitar o monopólio, constituição de uma massa de trabalhadores a fim de ocupar qualificadamente cargos do sistema produtivo, bem como politicamente desarmar belicamente essa massa. Todo um jogo de interações que se estabelece para a produção de condições propícias ao fortalecimento econômico de certos segmentos estrategicamente posicionados. “O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, todo um conjunto de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta” (Foucault, 2008a, p. 88).

O princípio de cálculo de custo dessa fabricação da liberdade será justamente a segurança. Aqui, a noção de perigo se torna central nas disposições de governamentalidade. Um cálculo que as liberdades individuais não venham a ferir os interesses de todos, equivalendo também o inverso. Os interesses de mercado das empresas e os interesses dos trabalhadores não se sobreponham uns aos outros igualmente. É também um jogo instável entre a liberdade e segurança que a economia de poder no liberalismo provoca (Ibid, 2008a).

Marx (citado por Harvey, 2012), em sua análise da constituição do capitalismo, dispõe como parte importante a este a ascensão dos valores burgueses e seu modo de produção econômica como intrinsecamente ligado à sensação fugidia, à insegurança que os modernos experienciam. Isso porque nenhum valor secular anterior escapa de questionamento. É através da monetarização de quase todas mercadorias que também se produzirá uma forma de medida. As trocas e as relações entre coisas terão agora essa nova medida para a modernidade, unificando determinados processos e solapando outros. “Passamos de uma condição social em que dependemos de maneira direta de pessoas a quem conhecemos pessoalmente para uma situação em que dependemos de relações impessoais e objetivas com outras pessoas” (Ibid, 2012, p. 98). A monetarização também se tornou nivelador radical das distinções sociais. A garantia sobre a propriedade privada, uma divisão social e técnica do trabalho são fatores que permitiram à acumulação de extenso capital, bem como vertiginoso crescimento econômico.

É bem um outro polo de Estado que surge, e que se pode definir sumariamente. A esfera pública não caracteriza mais a natureza objetiva da propriedade, mas é antes o meio comum de uma apropriação que se tornou privada; entra-se, assim, nos mistos público-privado que constituem o mundo moderno. O laço se torna pessoal; relações pessoais de dependência, ao mesmo tempo entre proprietários (contratos) e entre propriedades e proprietários (convenções), duplicam ou substituem as relações comunitárias e de função; mesmo a escravidão não define mais a disposição pública do trabalhador comunal, mas a propriedade privada que se exerce sobre trabalhadores individuais. (Deleuze & Guattari, 1997, p. 148).

Condição limiar de perigo que coloca em jogo toda uma série de relações sob o lema de “viver perigosamente”. Os indivíduos sujeitados pelo liberalismo experienciarão a sensação de perigo iminente em uma série de aspectos de sua vida cotidiana. O século XIX inaugurará as campanhas higienistas de saúde, o surgimento da literatura policial como gênero literário, o aparecimento das caixas econômicas para melhor salvaguardar o futuro financeiro ou mesmo a vigilância sobre as práticas sexuais da era vitoriana. Há muitos outros exemplos, mas o que interessa é que “não há liberalismo sem cultura do perigo” (Foucault, 2008a, p. 91).

Do mesmo modo, enquanto que nas sociedades de soberania o eixo político de individualização se centrava nos homens que detivessem privilégios sociais, construindo em torno deles um conjunto de técnicas, rituais, proezas de linhagem, nas sociedades disciplinares os dispositivos se direcionavam de maneira difusa e funcional sob todo o corpo político. É pelo adensamento populacional crescente dos séculos anteriores e crescimento da circulação de riquezas, dois fatores preponderantes, que se constituía a necessidade de coordenar a multiplicidade das forças dessa população no interior dos Estados-nação. O nascimento do poder disciplinar visará os corpos em sua produtividade, buscando dirigir os movimentos, tempos, ações de cada corpo. Propusera-se o estabelecimento de normas e desvios, exercido através de fiscalizações, observações, exames. Produzira o esquadramento de cada indivíduo em relação aos outros em suas características próprias, “mecanismos [que] o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (Foucault, 2009, p.133)

Também, paradoxalmente, o período das liberdades individuais produziu um exponencial acréscimo dos mecanismos de controle e coerção. O modelo panóptico de Bentham se difunde como modo de governo enquanto “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder, tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho de coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (Ibid, 2009, p. 198). Isso porque a tarefa do governo se reduzirá em uma primeira instância a atividade de vigilância, ou seja, assegurar que determinadas liberdades e comportamentos de indivíduos e coletividades possam de fato se efetuar dessa sociedade que está por vir. Aos desviantes, é que as questões de tratamento se colocam por parte do governo (Foucault, 2008a).

Prenúncio da governamentalidade e da sociedade de controle, o panóptico dispunha de elementos que terão seus prolongamentos nos dispositivos de controle. 1- não mais focados na vigilância dos perigos, sua função se volta para aprimorar a utilidade dos indivíduos. 2 – Alastra-se para além das instituições fechadas, tornando-se processos de controle cada vez mais flexíveis. 3 – O Estado assume papel fundamental na coordenação e amplificação desses dispositivos. “Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada” (Foucault, 2009, p. 2002).

Simbolicamente, o início do processo de industrialização fordista data de 1914, quando a linha de montagem de automóveis em Michigan começou a operar. Henry Ford representou o começo da organização do trabalho sendo ditado pelas corporações. Seria a produção de massa direcionada para o consumo de massa. Fora os percalços que a crise de

1929 trouxe ao modo de produção capitalista, foi aliando-se às políticas Keynesianas efetivadas pelo New Deal, que o fordismo pode ter sua vida prolongada. Foi através do intervencionismo do Estado que se desenvolveu uma aliança com as corporações de maneira racionalizada no período pós-guerra. “A forte centralização do capital (...) permitiu refrear a competição intercapitalista numa economia todo-poderosa e fazer surgir práticas de planejamento e de preços monopolistas e oligopolistas”. As práticas estatais, nessa mesma linha, garantiam e direcionavam os investimentos em obras públicas como forma de aplicar parte da produção das corporações. O sistema de taxações, pela alta produtividade garantida, em contrapartida, assistência no campo da seguridade social, a intenção de aclimatar as tensões sociais. Esse modo de organização política conseguiu relativa expansão para outros Estados-nação (Harvey, 2012, p. 129).

Ainda sobre a dialética da liberdade e segurança no liberalismo, está a necessidade de garantia, por meio de intervenções do governo, de determinadas liberdades à exemplo do Welfare State durante o período posterior a crise de 1929 nos EUA. Exemplifica-se a partir deste tipo de modo de governo a questão dos custos e crises que se desenrolam a partir da garantia de certas liberdades (de trabalho, de mercado, etc.). Crises essas que para a manutenção de algumas liberdades, os governos podem produzir justamente o inverso. Problemática que concerne aos modos de fazer das políticas públicas imersas na lógica capitalista perante a ameaça de outras formas de governos como o socialismo e o fascismo (Foucault, 2008a).

Atravessando o oceano Atlântico após a II Guerra Mundial, tem-se o aparecimento do liberalismo alemão, ou também chamado ordo liberalismo. Seus teóricos almejavam a constituição de um Estado em que garantisse a superação do regime totalitário que os precedeu, uma vez que ele era, de certa forma, decorrente de políticas de desregulação de mercado após a I Guerra que afundou a economia após o crash da bolsa de Nova York. Para tanto, priorizou as instituições econômicas junto à estrutura do Estado, salvaguardando o desenvolvimento de todos os agentes econômicos envolvidos através de um certo consenso político a respeito desta forma de governamentalidade. De outra forma, o direito público nessa abordagem se produziu a partir da economia, o que tornou o Estado Alemão radicalmente econômico em suas práticas (Ibid, 2008a).

O que seria, então, essas transformações que conduziriam ao neoliberalismo? 1- Reativação das teorias econômicas liberais com a diferença de ao invés de priorizar a garantia de trocas no mercado, agora este modo de governos priorizaria assegurar a livre concorrência.

2- Instauração de relações estritamente mercantis na sociedade. 3- Garantia de intervenção do Estado generalizada e administrativa, contanto que sob a égide dos princípios neoliberais (Ibidem, 2008a, p.181).

(...) para o neoliberalismo, o problema não era em absoluto saber, da mesma maneira que no liberalismo do tipo Adam Smith, no liberalismo do século XVIII, como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o mercado. O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado.

Temos aí o prenúncio do Império, a máquina totalizante que operará nas partículas infinitesimais da produção de subjetividade, encontrando-se hoje amplamente difundida por todo o globo. Dispositivos biopolíticos e disciplinares imbricados numa amálgama de estratos econômicos, informacionais, biológicos, jurídicos, concentrando-se na fabricação ativa de formas de vida. Capital e produção de subjetividade quase não mais se distinguem nas linhas que percorrem. Liberação e captura de fluxos constante, capitalismo e esquizofrenia. A relativa consistência operará por redes de capital. Fluxos que permitem não mais depender das velhas estruturas da tradição, da religião, trabalho e ocupação, mas muito mais da torrente do poder econômico e o poder de compra e consumo. Aos que não acessam essa rede, perigam a morte. Para se estar nelas, é necessário algo de que se possa explorar. Nas últimas décadas, o que melhor se oferece é a invenção, capitalismo criativo. O trabalho imaterial adquire cada vez mais valor nesse universo. A alma é colonizada e explorada em escala cada vez maior, ao mesmo tempo que se liberta de concreções arcaicas. O Império se encontra acentrado, podendo operar em cada um de nós até nos mais recônditos cantos da alma (Pelbart, 2003).

É também a produção de um novo modelo de *homo oeconomicus*, forjado a partir da perspectiva neoliberal. Não mais vinculado ao sistema de trocas ou de consumo, mas sim ao sistema empresarial e produtivo. Ao governo neoliberal, sob regência de um Estado de Direito, caberá a organização e a vigilância das regras do jogo concorrencial entre os agentes reais, que no caso são as empresas nas mais variadas configurações. As empresas, por sua vez, não se restringirão às instituições propriamente ditas, mas se constituirão por uma certa maneira de operar no campo econômico, na medida em que optam por planos e projetos de modo concorrencial. Como consequência, ampliam-se a superfície de atritos entre os corpos empresariais, que podem ser tanto um indivíduo, como coletivos ou instituições. Nesse

sentido, salienta-se o intervencionismo judiciário como árbitro do jogo de interesses (Foucault, 2008a).

A organização das grandes fábricas e seu modo de operação serial e mecânico foram gradativamente questionados pela crítica ao longo dos anos 60. A geração de jovens, buscava relativa autonomia, movimento, liberdade, possibilidade de invenção. Com as crises que se sucederam a esta época, o sistema capitalista e seu modo de operação foram paulatinamente agregando novos valores ao sistema produtivo. Tendo como efeito, a mescla das dimensões mais pessoais do trabalhador em termos de vitalidade. “A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedades, família – ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais” com mais facilidade e velocidade, capitalismo em rede ou rizomático (Pelbart, 2003, p. 97).

O processo se inicia com o que Harvey (2012) denominou de acumulação flexível, desencadeado pela aguda crise econômica de 1973, em resposta às características rígidas que o sistema de produção fordista e keynesiano apresentavam. Rígidas porque seu regime de planejamento começou a apresentar dificuldades de adaptação frente à crescente instabilidade que o mercado de investimentos vinha apresentando quando da estagnação do consumo dos produtos produzidos em larga escala. Como consequência, a pressão exercida pelos programas de seguridade social se intensificou, na medida em que a capacidade de arrecadação dos Estados estava cada vez menor uma vez que dependia da expansão produtiva. A solução se apresentou na política monetária flexível que permitia imprimir moeda na medida que fosse necessário para estabilizar a economia. Efetivamente, se teve uma onda inflacionária que resultaria no aprofundamento da crise.

A acumulação flexível (...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se por setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 2012, p. 140).

Serão os ordo liberais que buscarão teorizar a respeito de um modo de governo que vise reunir as forças sociais em torno das unidades-empresa. É através da denominada *Gesellschaftspolitik* que se criará um conjunto de objetivos para que se produzissem, no interior dos processos sociais, o favorecimento de mecanismos de mercado. Dentre eles,

configuravam-se mecanismos para a não centralização da economia, para que os riscos individuais seriam alçados por uma gestão social dos riscos, multiplicação de acesso à propriedade, incentivo de pequenas empresas, etc. (Foucault, 2008a).

Operou favorecendo o desmembramento das grandes empresas em unidades menores. O setor terciário, vinculado à prestação de serviços, absorveu boa parte dessa reestruturação do sistema de produção. Toda uma desobstrução dos fluxos de capital e desburocratização. Também é o momento de ascensão dos sistemas de informação coordenando as operações do capital (Passet, 2002). A produção flexível diante da recessão passou a explorar nichos altamente especializados e em pequena escala. Acompanhou também o desenvolvimento de rápidas inovações dos produtos. A cadeia de produção se estruturou de modo a diminuir o tempo de giro das mercadorias através da automação crescente do setor (aumentando o desemprego estrutural), bem como a organização *just-in-time* dos produtos. A meia-vida (tempo de duração de um produto) teve igualmente uma redução para incentivar os ciclos de consumo. “A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica” (Harvey, 2012, p. 148).

Enquanto mutação dos mecanismos de mercado, aos anos de 1971, houve a desvinculação entre o dólar e o lastro ouro, seguido de três movimentos operacionais: a desregulamentação, a desintermediação e a descompartmentalização. O primeiro tornava os sistemas de câmbio livres do controle estatal, que em 1990 culminou no mercado único de capitais e em 1997 permitiu que “os agentes financeiros se instalassem onde quer que desejassem para fazer concorrência aos intermediários locais” (Passet, 2002, p. 122). O segundo possibilitou que houvesse financiamento direto às empresas e aos Estados mediante a emissão de títulos ou ações no mercado financeiro. O terceiro foi “a supressão das fronteiras que delimitavam, no interior dos mercados, os diferentes meios materiais ou compartimentos da especulação” (Ibid, 2002, p. 124). Em termos práticos, uma mesma pessoa jurídica ou física poderia atuar nos mercados de câmbio, financeiro, adquirir títulos de dívida pública, etc. Os três procedimentos favorecendo as unidades-empresas privadas.

O capitalismo, nessa nova configuração, assume uma expansão de sua lógica, justamente através das redes descentralizadas de produção. Sua coesão, contudo, deve-se a duas características, segundo Harvey (2012), ao acesso e controle da informação na medida em que se processa em todos os cantos do mundo, permitindo uma centralização dos mecanismos de poder; e segunda, mais importante, foi o surgimento de ferramentas de

coordenações financeiras altamente amplificados. Houve o aparecimento de conglomerados e corretores financeiros com estrondoso poder global, da mesma forma que se pulverizou mecanismos financeiros inéditos. Passou-se ao mercado de ações global, de dinheiro, de crédito e dos lucros. Os Estados perderam consideravelmente seu poder de soberania e controle sobre esse mercado financeiro global.

Toda uma dinâmica de aceleração dos fluxos de mercado que permitem o rápido deslocamento de ativos conforme assegurada uma maior lucratividade. O mercado e a vida cotidiana das populações se tornaram muito mais instáveis com a variabilidade e rapidez com que se estruturam e desestruturam os sistemas econômicos sob a égide da especulação. É a garantia progressiva da consolidação do indivíduo neoliberal e seus rendimentos econômicos assegurados. Todo um conjunto de mecanismos jurídicos, administrativos, informacionais, etc. é acionado para assegurar os interesses privados em detrimento de proteções sociais, impostos ou qualquer aspecto público (Passet, 2002).

“Os movimentos especulativos funcionam em ondas que crescem e esvaziam por si mesmas” (Ibid, 2002, p. 130). Motivados pelos ganhos mais seguros, ao menor sinal de quebra de lucratividade, a tendência é o esvaziamento de ativos, em um determinado setor de determinados países ou globalmente. Isso desloca as empresas a operarem com a perspectiva de lucratividade imediata, distanciando-se de planejamentos de longo prazo. Estamos adentrando no reinado dos credores, produção do homem endividado da sociedade de controle.

Em termos práticos, isso incrementou, por um lado, as potenciais crises destes sistemas financeiros mais localizados e autônomos em relação aos Estados, mas ao mesmo tempo forneceu condições para rápida migração destes ativos para zonas mais lucrativas. Quando a possibilidade de investimentos privados se desloca da unidade nacional para o mundo, “eles é que estabelecem a lei, (...) particularmente, a prioridade dada em quase toda a parte às políticas anti-inflacionárias” (p. 136). Quase todos os países adotando políticas de recuperação de receitas e programas de austeridade, fomentando e sustentando assim o capital especulativo, na medida em que busca estabilizar os juros para afiançar ganhos aos credores, em detrimento das demais necessidades. “Ela introduz uma garantia pública em mercados em princípio especulativos. À socialização das perdas que as populações locais suportam ao custo de muita austeridade monetária e orçamentária, de desemprego, responde já agora a privatização dos lucros especulativos” (Ibidem, 2002, p. 141).

Os efeitos da acumulação flexível garantiram o predomínio das condições de trabalho sendo ditadas pelos empregadores, em decorrência da flexibilidade e mobilidade, setores industriais puderam migrar para países com legislações trabalhistas frágeis ou, do mesmo modo, obrigaram os já industrializados a regredirem em suas legislações. O poder sindical de negociação foi solapado ou reduzido em função dessas novas configurações, elevando os níveis de subcontratação, por exemplo, em todo o mundo. Válido pontuar que a flexibilidade do trabalho pode ser mutuamente benéfica. Outra relação retomada nesse regime flexível, foi que as produções industriais que se capilarizaram em micro empreendimentos reativando antigas estruturas de organização do trabalho (domésticas, artesanal, familiar e paternalista) em torno do mercado (Harvey, 2012).

Os principais protagonistas que impõem esse tipo de política de supressão de tarifas alfandegárias ou fiscais, são obviamente os maiores beneficiários, tais como Estados Unidos, Alemanha, França, Grã-Bretanha. Seu imperialismo obriga, mesmo que sutilmente, a adesão dos países de economia periférica de diversas formas a uma padronização e homogeneização em relação a estilos de vida, padrão de consumo, linguagem, etc. Velha história colonialista essa, com nova roupagem neoliberal.

Já para as políticas sociais, os teóricos neoliberais vão justamente propor a política social privatizada, na qual o mercado irá regular os meios ligados à subsistência. De modo que serão os indivíduos e sua reserva de capital que poderão pensar em questões como a própria velhice e a doença. O mercado proverá, em termos econômicos, se necessário, à distribuição do máximo direcionando parte aos mínimos, mas jamais visando a igualdade. Na racionalidade neoliberal, as políticas sociais têm o intuito de prover a desigualdade do neoliberalismo, sem jamais compensar o crescimento econômico. Mais precisamente: “(...) o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. (...) no fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada espessura social, possam ter o papel de reguladores (...).” (Foucault, 2008a, p. 199).

Movimento igualmente presente nesta mutação mais recente do capitalismo é o deslocamento do controle externo, a vigilância sobre a produção e o trabalhador, para uma introjeção desses mecanismos pelo próprio sujeito. É agora o trabalhador-empendedor quem buscará se adequar às expectativas da empresa, da mesma forma que se responsabilizará pelo seu próprio fracasso. É uma autonomia em vias de coerção: “a obrigação torturante de autorrealização ilimitada em condições mais solitárias, com novas formas de controle

informático ou mesmo grupal, torna-se uma coerção mais pesada que as anteriores, já que procede dos pares numa espécie de policiamento permanente” (Pelbart, 2003, p. 103).

Este homem-empresa que está sendo agora fabricado pelo neoliberalismo, terá com o trabalho uma relação de utilidade, seu corpo e sua força de trabalho serão tratados enquanto capital diretamente associado ao próprio corpo. O capital que no corpo reside é uma máquina de produção nesta perspectiva, uma máquina competente, dotada de aptidão para a realização de tarefas designadas, ou um capital que é capaz de acumular e gerar fluxos de renda num futuro. A capacidade produtiva de um determinado corpo oscila entre os fluxos de renda conforme seus ciclos vitais tendendo à obsolescência. É o oposto da perspectiva da economia clássica, sociológica e psicológica em que o homem é transformado em máquina. Esta é, para Foucault (2008a) a sociedade organizada a partir de unidades-empresa, princípio de racionalização da sociedade e da economia no regime neoliberal. Desse modo, como problemáticas que se apresentam a partir dessas concepções, há a questão dos investimentos. Dentre os campos, estão aqueles vinculados à vida e sua manutenção como as questões de saúde, de reprodução, de educação. Toda uma série de metodologias para a produção de um capital humano mais elevado de produção em sistemas de investimento e crédito.

Sob o signo da moratória ilimitada, o homem endividado tem acesso a condições básicas de vida a partir da aquisição de dívidas e a responsabilidade moral de honrá-las, velha tecnologia de dominação que elenca culpa e castigo daqueles faltosos a suas obrigações. “Atualmente, a generalidade crescente de endividamento marca um retorno a relações de servidão que remontam a outro tempo. E mesmo assim, muita coisa mudou” (Hardt e Negri, 2014, p. 26). Distanciado da fábrica, o indivíduo-empresa da sociedade de controle se vê cada vez mais responsável pela própria produção e engajamento. O capitalismo financeiro se nutre dessa especulação, dessas dívidas. É uma nova forma de exploração, voltado ao tempo de vida do empreendedor, ao ponto de quase ser indiscernível trabalho e vida. “A empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável em sua emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (Deleuze, 2013, p. 225).

A transição para a acumulação flexível foi contingente em relação a mudanças na concepção da vida social. Valores ainda ligados à luta operária, coesão social e relações com a burocracia do Estado, foram paulatinamente cedendo lugar à cultura do individualismo e sua lógica empreendedora de competitividade. Todos os campos da vida em variados graus passaram a se relacionar com esse tipo de lógica. Assim, o corpo e alma do indivíduo-empendedor são conjugados segundo suas aptidões para o trabalho, ao mesmo tempo que

desprovido de normas para o consumo. Há também a universalização do ideal de consumidor produzindo em si o efeito de comparação entre os membros de uma sociedade. Está em vantagem aquele que demonstrar maior adaptabilidade ao iminente futuro imprevisível. Igualmente, “a busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme” (Bauman, 2001 p. 97). A relação entre identidade e consumismo ganha maior intensidade, visto que é a partir da aquisição de produtos que o indivíduo poderá se afirmar enquanto tal. A sociedade massificada oferece este tipo de “liberdade” de escolha aos seus indivíduos.

Para Harvey (2012), há três características fundamentais no modo de produção capitalismo: 1- é direcionado para o crescimento independente das consequências sociais, políticas ou ecológicas. Em dado momento, é necessária a expansão da acumulação e lucro como parte fundamental para sua manutenção, sendo a crise justamente o declínio de crescimento. 2 – “O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção” (p. 166). Há sempre discrepância entre os ganhos oriundos do trabalho. É o que funda o sistema de classes e a necessidade de controle sobre o trabalho. 3 – “O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico” (p. 169) justamente pela operação concorrencial que compele a inovações constantes em função da busca pelo lucro. Essas três características implicam necessariamente em tendências de superacumulação. Para Marx, toda a questão da ordem capitalista se dá em como conter, administrar ou expandir a questão da superacumulação a fim de garantir sua perpetuação enquanto sistema econômico.

Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional (Ibid, 2012).

A acumulação flexível trouxe mudanças na experiência direta dos processos de subjetivação. “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e contínua” (Deleuze, 2013, p. 228). A aceleração do tempo de giro das mercadorias produziu a sensação de fragmentação, quando comparado a outros modos de vida social. Essa é uma marca dos nossos tempos, planejamentos de curto prazo e flexibilidade para acompanhar as rápidas mudanças do mercado e objetivos de obtenção de lucros imediatos para melhor sobreviver (Harvey, 2012).

“A família, a escola, o exército, a fábrica, não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes” (Deleuze, 2013, p. 228).

Comunhão

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CREPÚSCULO

Situado na Avenida Brasil, 171 – Porto Alegre, RS.

Ata da assembleia geral extraordinária

Realizada no dia 24 de março de 2017

Ao vigésimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, atendendo ao edital de convocação, ao qual se deu ampla publicidade, insistentemente colocado nas dependências do condomínio e enviado a todos os proprietários das unidades com aviso de recebimento, realizou-se com os condôminos dos apartamentos: 103, 202, 203, 403, 501, 502, 601, 602, 603, 802, 803, a assembleia. O senhor Edmundo Soares de Araújo Sobrinho (ap. 403), síndico e presidente da mesa, em primeira convocação, às 18hs00min, constatou a ausência de quórum suficiente para o início dos trabalhos, como de costume. Em segunda convocação, às 19hs00min, verificou estarem presentes condôminos que representavam 55,14% (sessenta e cinco inteiros, quatorze décimos por cento) das frações ideais do empreendimento, quórum suficiente para as deliberações descritas no edital, razão pela qual saudou aos presentes e abriu a assembleia. Nomeou secretário, após várias recusas de outros condôminos, imperativamente, o contrariado senhor José Figueira da Rocha (ap. 103). Este afirma que sempre é sua incumbência este tipo de ação. Alega que pela boa condução da assembleia, à revelia, secretariará a reunião, mas que será esta a última vez, visto que não adquire benefício nenhum com este tipo de ação. Recomenda inclusive que seja a senhora proprietária do ap. 501 a próxima a secretariar, pois esta passa todas as reuniões reclamando da administração. Passou-se à discussão e deliberação dos assuntos constante na pauta do instrumento convocatório: **I- Situação de furto dos produtos de limpeza:** foi constatada, ao dia 20 de março de 2017, o desaparecimento dos produtos de limpeza que constavam no cômodo de armazenamento, situado no segundo andar da garagem. Foram subtraídos três detergentes, dez litros de água sanitária, seis quilos de sabão em pó e três litros de desinfetante. Os itens haviam sido comprados na semana anterior, portanto não havia tempo hábil para o consumo dos mesmos. Rosângela, a faxineira, havia reclamado do desaparecimento dos itens na mesma data descrita acima. Estava ela consternada. O senhor

síndico pede que seja discutida as providencias em relação à apuração dos fatos. A senhora do 202 indica sua suspeita em relação a Rosangela quanto ao furto, embora aprecie os 25 anos de serviços prestados ao edifício. Adverte que seguidamente encontra Rosangela “vagabundeando” no prédio, conversando com a vizinha do 703, muito sua amiga. Também relata que já a observou sentada em uma cadeira na garagem, inclusive dormindo em horário de serviço. Todos condôminos presentes concordam que está é uma conduta inapropriada e passível de punição. O senhor do 501 também reitera sua suspeita em relação a Rosangela quanto ao furto, uma vez que a ouviu comentar no elevador com a vizinha do 603 que estava passando por dificuldades financeiras em função do marido que estava desempregado. A senhora do 203 afirma que também suspeita de Rosangela, dado o fato de seu filho já ter sido preso por roubo, concluindo que o “exemplo vem de casa”. Todos os condôminos concordam que a principal suspeita do furto é Rosangela. O senhor do apartamento 803 pondera que o cômodo onde estão armazenados os produtos de limpeza não ficam chaveados durante o dia, o que permite que qualquer pessoa entre. O síndico afirma que não é possível concluir que Rosangela seja a responsável pelo crime apenas com estes fatos e que isso não justifica por si só uma demissão por justa causa. Visto que nenhum dos presentes estava focado na discussão e sim mexendo em seus celulares, o síndico solicita encarecidamente que respeitem o encontro. Poucos concordam. Assim, pergunta a assembleia qual a melhor conduta a ser tomada. A senhora do 202 afirma que se deve reiterar a vigilância sobre a conduta de Rosangela, “porque quem faz uma vez, faz sempre” (sic). Por sugestão do síndico, define-se pela instalação de uma câmera de segurança no cômodo de armazenamento dos produtos de limpeza e pela não demissão de Rosangela, visto que não havia provas o suficiente e que todos merecem o benefício da dúvida. O senhor do 803 afirma que já há muitas câmeras no condomínio e que não há necessidade de mais uma, mas os demais presentes reiteram a necessidade. **II – Situação de saúde da idosa senhora do apartamento 801:** a senhora do apartamento 202 afirma que encontrou as compras da idosa no elevador. Quando da ocasião foi devolver, a mesma se encontrava de calcinha e sutiã em sua casa. Em suas palavras: “foi uma cena lamentável, uma senhora daquela idade, sem o mínimo de dignidade ao abrir a porta. Não parecia se dar conta que estava nessa situação”. Todos os presentes concordam com a afirmação. O síndico afirma que Rosangela, a faxineira, tem ido prestar alguns cuidados a senhora do 801, por livre e espontânea vontade, e que, seguidamente, comenta com ele que está preocupada com a situação da idosa, uma vez que já fazem mais de dois meses que ninguém da família vem visita-la. O senhor do 501 afirma que a senhora, divorciada, não teve filhos e que o parente mais próximo é uma sobrinha que mora na cidade,

mas que não a visita muito. O síndico diz que já tentou entrar em contato com a sobrinha para explicar a situação de saúde da tia, mas esta afirma que não pode dispender muitos cuidados à tia, visto que tem sua própria família e filhos pequenos. Seu esposo não quer que traga sua tia para morar com eles e que nada então pode fazer pela situação. Afirma que a idosa tem uma irmã que mora no interior do estado, mas que as duas não tem uma boa relação. O síndico também relata que a situação vem se agravando e que há duas semanas atrás a idosa se encontrava perdida no centro da cidade, sem saber como voltar para casa. Os médicos suspeitam que seu quadro de saúde seja uma demência moderada. É consenso entre os condôminos que alguém da família precisa se responsabilizar pelo que está acontecendo com a senhora. O senhor do 602 afirma que teme pela segurança do condomínio, visto que a idosa pode acabar esquecendo de trancar as portas, uma vez que já se perdeu no centro. Diz exaltado que medidas precisam ser tomadas com urgência para “o bem de todos”. Após discussão, o senhor do apartamento 803 afirma que é possível encaminhar essa situação ao Ministério Público para que o órgão responsabilize legalmente a família com os cuidados da idosa. Todos os condôminos concordam que diante do quadro é a melhor solução. Os condôminos unanimemente sugerem que o síndico se responsabilize por tal ação. Em protesto, o síndico sugere que sejam averiguadas as possibilidades da contratação de um síndico profissional para assegurar o bom funcionamento do condomínio. Afirma: está insuportável se responsabilizar por todos! Não foram apresentados assuntos a serem debatidos por parte dos condôminos. Nada mais a discutir, foi lavrada a presente ata, por mim assinada juntamente com o presidente da mesa.

4 Sentindo-se cansado, irritável, distraído? Pode ser falta de vitaminas

O corpo humano é um sistema aberto que se encontra em constante relação de trocas com o que o circunda. Seja microscopicamente e invisível ao olho nu das pequenas células que se desprendem do nosso corpo a cada segundo para que possíveis novas células venham a substituí-las, seja por grandes transformações do pensamento sempre que somos forçados a pensar e criar novas atualizações para aquilo que a sensibilidade nos apresenta no interior de nossa alma, e mesmo pela entrada de um microrganismo que vem a desestabilizar o corpo. A vida e sua virulência operam em contágio, afirmavam Deleuze e Guattari (1995). Incessantes contatos a que nosso corpo está submetido nas mais diferentes ordens. “Qualquer corpo vive como um produto arbitrário das forças que o compõem. O corpo é fenômeno múltiplo, sendo composto por uma pluralidade de forças irreduzíveis; a sua unidade é a de um fenômeno múltiplo” (Deleuze, 1985, p. 63).

É nas imbricadas formações de saber-poder que o corpo assumirá finalidades produtivas no sistema capitalista. A força a ser aplicada sobre ele, será calculada, organizada, administrada. Uma microfísica do poder que perpassa as máquinas imperiais do Estado, sem, no entanto, se reduzir a eles. São tecnologias políticas do corpo. “Esse poder se exerce mais que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (Foucault, 2009, p. 29). O corpo é onde são aplicadas e investidas essas tecnologias de poder, passando através dele, do mesmo modo que é a partir daí que se produzem resistências, no mesmo ponto em que as relações de poder se aplicam.

Não é à toa que se erigiram e ainda se criam os mais variados dispositivos para compor uma relativa estabilidade, feito em harmonia desarmônica, para lidar com o incompreensível funcionamento da natureza e a ameaça de aniquilação pela morte absoluta. Tarefa sempre incessante dos corpos humanos quando se deseja a manutenção da sobrevivência. Talvez a grande cruzada ocidental seja o desejo de se fechar o corpo, tapar seus poros e suas trocas, móveis por excelência, contudo. A diferença se produz então por essas fissuras. Por aquilo que irresistivelmente escapa pelas brechas que a vida abre.

“Meu corpo, topia implacável” (Foucault, 2013, p.7). Dele nasce tudo, é a primeira e última instância produtora de todas as utopias. Essas como sendo o “lugar fora de todos os lugares” (p. 8). Pelo corpo, passam e se reproduzem os dispositivos, ao mesmo tempo que se produzem novas aberturas com o Fora. O corpo se encontra sujeito a constantes relações, a se criar e desmanchar, independente do quanto “isolado” um corpo pode estar. São trocas biomoleculares, luminosidades penetrando no espaço do olho, cheiros e barulhos nem sempre conhecidos, lembranças marcantes a invadir o presente. Tempo e espaço a configurar a experiência.

Quanto ao tempo e ao espaço, esses estão submetidos a uma amálgama de variações conforme a cultura sob a qual são criados e subjugar todas as manifestações de espaço e tempo através de um único prisma é estreitar a multiplicidade das práticas de composição. Contudo, Harvey (2012) apresenta uma noção objetiva vinculada a física como lente de análise, para compreender essa mudança ancorada no modo de produção capitalista. É a partir da matéria que os dois conceitos em questão entram em relação, mas também sob determinada perspectiva, visto às transformações epistemológicas, por exemplo, da teoria da relatividade acarretou.

No tocante a essas variáveis, o capitalismo tende à criação de um mercado mundial que reduz distâncias espaciais, através da aniquilação do tempo ou mesmo a estruturação espacial a fim da eficiência de produção, circulação e consumo, disciplinando os fluxos no espaço. O domínio sobre o espaço geográfico e a facilidade de realocação de recursos ou infraestrutura são parte estrutural da dinâmica capitalista (Ibid, 2012). É também a exploração e produção de novos modos de experiência através da virtualização que a economia, a informática, o corpo e a cidade vem apresentando nas derradeiras décadas (Lévy, 1996).

É a partir do renascimento e a reformulação dos conceitos de tempo e espaço que sustentarão o ideal do Iluminismo a respeito da emancipação do “homem” em relação à “natureza”. Implicitamente, estava posto o domínio sobre o espaço, este como fato natural, através da sua racionalização. A precisão passa a ser estimada pelas estruturas de governo, tanto pelos mapas como pelo cronômetro. Tempo e espaço tornam-se mais do que nunca passíveis de previsão. “Talvez ainda mais importante tenha sido a significação de tal conceito de tempo universal e homogêneo para concepções da taxa de lucro, (...) da taxa de juro, do salário-hora e de outras magnitudes fundamentais para o processo decisório capitalista” (Harvey, 2012, p. 229).

Tanto é que nos períodos subsequentes que são evocadas novas formas de organização e controle do espaço. Diferente do poder soberano, hegemônico nos séculos anteriores, em que o território e sua dominação eram função primeira, os dispositivos disciplinares e de segurança apareceram posteriormente pela repartição do espaço que produzem (Foucault, 2008b). Uma mesma cidade é passível de comportar as três formas de estratificação e diagramação de forma a estarem sobrepostas e imbricadas. Eis três exemplos propostos de planejamento urbano sobre o qual o autor se debruçou, em que a concepção das cidades se dão conforme a prevalência de um dispositivo em relação aos outros para assumir uma certa didática:

1 - A cidade proposta por Alexandre Le Maître, no século XVII, organizara o espaço do soberano na intenção de centralizar e difundir o poder político do reinado pela criação de capitais dos Estados-nação. Como, por exemplo, a preocupação com a relação geométrica, em que a capital deveria estar bem o centro de um território circular, na intenção de melhor difundir o poder soberano. O domínio do poder soberano seria então dividido entre camponeses, artesão e funcionários do rei, sendo que esses últimos ocupariam a capital na crença da difusão desse poder sobre todo o espaço adscrito. De todo modo, é a circulação de ideias, leis, mercadorias que está no centro dessa proposta. 2 - Já a construção das cidades disciplinares se estabelece a partir do vazio, utilizando-se das tecnologias do acampamento militar romano para o povoamento de espaços ainda não povoados ou que haviam sofrido uma grande perda populacional em função de guerras ou pestes. Quadrados e retângulos eram formados de acordo com a função a exercer: o comércio com ruas mais estreitas, moradias em ruas mais largas. Toda uma dissimetria simétrica em torno dessas organizações retangulares idealmente funcionais. Eram multiplicidades criadas a partir de um determinado espaço vazio e fechado que vinham a se produzir e operar conforme os princípios do poder disciplinar “da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição” (p.23). 3 - Terceira forma de organização da cidade que Foucault exemplifica é a partir do urbanista Vigné de Vigny. Centra-se no exemplo de Nantes já no século XVIII, no qual se amplificam os dispositivos de segurança. Nessa cidade e em outras semelhantes, o processo de urbanização ou disciplinamento terá como foco a solução de problemas de aglomeração desordenada e controle da higiene, a garantia de circulação do comércio no interior da cidade; organização dos fluxos aduaneiros de modo que facilitem a entrada e saída de produtos comerciais; e, por fim, a vigilância dos que ali circulam, uma vez que muralhas não eram mais capazes de garantir a segurança, era necessário outros

mecanismos para segregar os bons dos maus. É a partir desses dados materiais que os dispositivos de segurança irão operar. “Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos” (Ibid, 2008b, p. 25).

Em suma, a finalidade com que se constituía o exercício da soberania residia em si mesmo, solidificado a partir de um conjunto de leis. Diferentemente, a finalidade do governo residirá nas coisas as quais ele conduz e seu direcionamento tentará incidir sobre os processos por meio de táticas. O que visam essas táticas é justamente a maximização ou a perfeição desses processos sob os campos estratégicos que se busca governar. O governo operará mais por influência tática e não tanto pela lei (Ibidem, 2008b).

Enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema motor da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório (...) (Ibid, 2008b, p. 27).

São essas três formas que foram se engendrando conforme alguns eventos históricos iam se processando. É essencial retomar os exemplos do surgimento de um contingente populacional massificado como um fenômeno que coincide à expansão, estruturação e estabilização das cidades modernas para compreender esses mecanismos de controle da vida e serialização dos indivíduos.

Seria no século XIX que a compressão do espaço-tempo viria a abalar a mecânica newtoniana do pensamento, submetendo o homem a novas forças e saberes que iriam compor a vida nas cidades. Foi a partir de 1850 que a nova onda de inovações tecnológicas viria a transformar a paisagem europeia, principalmente pela exploração do deslocamento temporal e espacial, com as estradas de ferro, o vapor, as telecomunicações, a fotografia, etc. Esse contexto de racionalização do espaço e do tempo foi o que potencializou, de algum modo, o florescimento da sensibilidade de tempo e espaço interiores e caracterizadamente privados. (Harvey, 2012).

Quanto ao espaço de interioridade cavado ao longo do período do período moderno e subsequentemente, duas noções conceituais são necessárias para melhor substanciar a

discussão, embora muitos outros elementos se integrem que serão negligenciados. A primeira é proveniente da filosofia empirista de Hume, como já explicitado anteriormente, que exerceu forte influência a todo o pensamento do liberalismo e neoliberalismo. O filósofo introduziu a noção de que há uma vontade imediata e interior, denominada interesse (Foucault, 2008a, p. 372). O que posteriormente desencadeará a concepção utilitarista de sujeito, uma representação dotada de baixo limiar de vontade de potência, justamente por ser a criação do “sujeito neutro, dotado de livre-arbítrio, ao qual atribuímos o poder de agir e de se conter” na concepção de Nietzsche (Deleuze, 1985, p. 37).

A segunda noção de transformação do pensamento ocidental ganhou forma através do Romantismo do século XIX pela noção de interiorização, acompanhada da noção de influência. Essa ideia que contem a concepção de um “sopro para dentro” contida na palavra influência trouxe consigo o raciocínio de causa e efeito ao campo das ciências humanas. A forma-homem, que a partir do Iluminismo assumirá o lugar da antiga forma-Deus, passará a congregar saberes que estabeleçam linhas que propunham uma racionalidade daquilo que compõe essa forma. Todo um conjunto de experimentos e crenças que produzirão um espaço de interioridade no homem (Henz, 2007).

É neste contexto que a arquitetura urbana do final do século XIX, proeminentemente Paris, já delineava marcas de novas subjetividades que estavam se fabricando: o indivíduo e a multidão em relação constante na cidade. O que antes era um emaranhado de pessoas oriundas de diferentes lugares e classes sociais coabitando o mesmo espaço, passam cada vez mais a ser orientadas pela lógica privatista nos espaços urbanos. São aglutinações de semelhantes majoritariamente selecionados conforme a distinção social. Aos espaços ainda públicos, reformas substanciais passam a produzir vias suficientemente largas para a consolidação de fluxos para transporte da produção, consumo e mão de obra. Os meios de locomoção públicos, que antes ainda eram propícios aos encontros de pessoas pela organização dos assentos, vão cedendo lugar à indiferença e ao silêncio do indivíduo frente à multidão de desconhecidos. Assentos alinhados em uma mesma direção, os olhares direcionados para a nuca da pessoa sentada à frente começam a compor as arquiteturas urbanas para melhor aliviar o trabalhador de seu próprio cansaço. Cafés, pubs, circuitos culturais também são criados para proporcionar ao emergente indivíduo aburguesado todas as necessidades de distração que sua nova interioridade demandava (Rodrigues & Baptista, 2010). Os trajetos do cidadão tornam-se opacos pela sua excessiva linearidade. “A opacidade nos fala que os possíveis encerram naquilo que pode ser percebido em sua funcionalidade, em sua retidão e

contornos milimetricamente calculados para um uso correto, para um determinado contorno da experiência” (Rodrigues & Baptista, 2010, p. 3).

O ensaio de Georg Simmel (2005, [1903]), expoente da antropologia urbana, a respeito da vida mental nas metrópoles, pondera sobre os impactos na produção de subjetividade dos cidadãos e expõem as concepções acima destacadas em sua operacionalização. Para o autor, as grandes cidades são capazes de oferecer aos indivíduos um grau considerável de liberdade quando comparado aos sistemas de moralidade que as sociedades gregárias ofereciam. Por outro lado, essa mesma variedade de experiências e relações que a cidade oferecia, impactavam diretamente em sistemas de defesa individual. Nesse sentido, o outro passava a ser tratado de modo objetivo e instrumental. A demasiada quantidade de pessoas também obrigava, em alguma medida, à criação de cálculos estratégicos quanto às interações, ao mesmo passo que a velocidade das transações monetárias permitia novas formas de divisão do trabalho. Outra resposta que o autor observa a essa carga excessiva de estímulos, é o refúgio em uma certa individualidade direcionada à moda, como condição de diferenciação.

A modernidade, para quem a experienciava na cidade, tinha por vezes essa sensação de frugalidade e desmembramento das coisas ao seu redor. A insegurança ganhava forma e acometia quem ali habitava. O entrelaçamento de diferentes cosmologias que ali se presentificavam era o paradoxo da unificação, na mesma medida em que o pulverizava. Ancorado na pretensão de que o esforço racional do homem pudesse libertá-lo de sua condição de precariedade frente à natureza, os pensadores iluministas buscavam as qualidades eternas, universais e imutáveis que residiam no homem para fundar uma sociedade de liberdade, justiça e fraternidade. Estes foram os pressupostos que influenciaram as produções modernistas (Harvey, 2012).

Isso porque o engendramento dos novos meios de produção de subjetividade, em função do triunfo do modo de vida burguês sobre os demais, permitiu o apogeu do gênero romântico e da preponderância de informações de verificação imediata e em proximidade nas mídias de massa. É o período em que há o rompimento com a oralidade da sabedoria geracional dos aglomerados gregários, uma vida que se produzia pela continuidade destas experiências (Benjamin, 1987). Igualmente, toma corpo a impessoalidade da multidão que configurará formas de relações entre os cidadãos. Nas palavras de Benjamin (1987, p. 169): “No interior dos grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência”.

A experiência da multidão dissonante viria, então, produzir no indivíduo que ali se fabricava pelo auge da sociedade disciplinar a experiência de perda de modos mais coletivos de produção. Fortemente reduzido ao espaço privado, o indivíduo envergaria suas energias no cultivo do espaço de interioridade. É tão proeminente este tipo de agenciamento que um de seus grandes prolongamentos foi a invenção da Psicanálise e da Psicologia enquanto ciência. Os espaços arquitetônicos passam também a privilegiar o que está contido em seu interior. Os móveis burgueses e a sua personalização, a utilização do aço e do vidro, o senso de identidade. Benjamin elucida alegoricamente a partir do tecido de veludo, que se permite deixar marcas, como ícone deste momento histórico. É o indivíduo burguês que encontra necessidade de criar um território que seja seu, diante da ascensão da interioridade. O último recurso do homem moderno se centrará na hipervalorização de um eu (Gagnebin, 2011).

É também, por contiguidade, que Benjamin evoca a figura do *flâneur*, a partir da produção literária de autores da época, para tratar da transição que operava nas relações através da cidade de Paris. O surgimento desta figura, que diante da manifestação do fenômeno das multidões, estaria à margem deste processo na mesma medida em que se encontraria reconfortado por ela e imerso nela, alguém à deriva. Essa transição, também marcaria o avanço do modo de vida burguês sob os habitantes da grande cidade, na qual o *flâneur* também estaria ainda à margem (Benjamin, 1985).

Declinam as experiências vinculadas a um tempo progresso que se materializavam pelos provérbios ou histórias orais e sua transmissibilidade geracional inerente ao desenrolar do tempo. Em outros termos, é a definhada dos conselhos de sabedoria que continham a verdade produzida pela experiência. O foco do autor se estabelece nessa passagem do regime de verdade das experiências coladas com a vida e as tradições geracionais para o campo da experiência científica e informacional, interposta pelo fim das leis por regras naturais, coletivamente compartilhadas em comunidades, a *Erfahrung* (Gagnebin, 2011; Lima & Baptista, 2013). A virtualização das mídias de massa tomaria o lugar de difusão de novos tipos de narrativas.

A relação com a morte não ficou isenta destes processos de mudança. Entendida como o limite da experiência, aquilo que se apresenta como maturidade na medida de sua aproximação com esse limite, jamais passível de realização completa (quase que por obviedade), encontra-se em vertiginosa segregação (Montaigne, citado por Agamben, 2005). Em especial, Benjamin (1987) explicita que o declínio da experiência de morte na sociedade burguesa do século XIX, impactará diretamente na extinção da experiência. Para ele, tem-se

na morte o sentido último da experiência coletiva, a passagem da sabedoria e o exercício da autoridade como algo que foi vivido e aprendido.

Nesta mesma direção, em seu texto sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, Benjamin (1987) articula o conceito de aura como o movimento de apreensão de momentos em um determinado espaço e tempo que produzem uma associação do corpo com o vivido na especificidade da situação que se apresenta. Contudo, prontamente, insere a percepção de seu declínio em função do surgimento das massas e o avanço do modo capitalista de vida. A própria teologia da arte, a arte pela arte, solidifica essa percepção pela necessidade de apropriação dos objetos como uma tentativa de aproximação de uma tradição ou rito que não mais está colocado nos objetos de arte. Aqui, está sua emancipação da experiência religiosa e sua transição para o uso na política de massas através da propaganda, bem empregada nos regimes fascistas que adviriam. Como resultado, tem-se a captura do desejo pelas máquinas de reprodutibilidade direcionadas a objetos vazios de experiências, passível então do uso pela indústria da propaganda (outra religião) ou para o consumo imediato. O diagnóstico preciso de Benjamin, a respeito não só das obras de arte, mas da cultura de consumo, complementa-se quando elucida a produção dessas máquinas: “orientar a realidade em função das massas e as massas em função da realidade é um processo de imenso alcance, tanto no pensamento como para a intuição” (p. 170).

(...) há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento pós-modernista. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico da formulação de Baudelaire (o lado que Marx disseca tão admiravelmente como parte integrante do modo capitalista de produção), enquanto exprime um profundo ceticismo diante de toda descrição particular sobre como conceber, representar ou exprimir o eterno e imutável (Harvey, 2012, p. 111).

Já mais próximo do contemporâneo, Virilio (1993, p. 9) questiona “em que momento a cidade nos faz face? ”, discorrendo em seguida a respeito da transformação desta perspectiva de olhar rumo ao pós-modernismo. Não são mais as muralhas ou os arcos de entrada que demarcam seus limites. As modificações nos transportes já transformaram substancialmente os seus pontos de conexão, entre periferia e centro, campo e cidade, borrando os limites objetivos. A crescente utilização das tecnologias digitais, viriam a compor um novo borramento para esses limites, ao ponto de as noções de distância e velocidade protagonizarem o quase desaparecimento do primeiro e o protagonismo do segundo. “A partir daí o espaço construído participa de uma topologia eletrônica na qual o enquadramento do ponto de vista e a trama da imagem digital renovam a noção do setor urbano” (p. 10).

O espaço e o tempo sofrerão modificações com a proliferação dos aparelhos eletrônicos. É pela instantaneidade que operam ao ritmo da aceleração da velocidade o encurtamento das distâncias e do tempo. Justamente porque os aparelhos oferecem uma superfície de inscrição reproduzindo mundos comprimidos em uma tela instantaneamente. A “velocidade torna-se subitamente uma grandeza primitiva aquém de toda medida, tanto de tempo como de lugar” (Ibid, 1993, p. 13). O tempo subjugado ao trabalho produtivo, escamoteia todo o resto de ocupações a posições secundárias na valoração das horas.

O espaço construído não o é exclusivamente pelo efeito material e concreto das estruturas construídas, da permanência de elementos e marcas arquiteturais ou urbanísticas, mas igualmente pela súbita proliferação, a incessante profusão de efeitos especiais que afetam a consciência do tempo e das distâncias, assim como a percepção do meio (Ibidem, 1993, p. 16).

Em meio às transformações da relação com o tempo e o espaço, há aqueles que ainda buscam o último reduto do ideal de uma boa sociedade na noção de comunidade. Esta circunscrita a uma boa vizinhança, com boas regras de convívio, que semelhantes possa conviver na mais bela harmonia. Vende-se, então, condomínios fechados com segurança particular, câmeras de vigilância, arame farpado sob muros altos. É venda casada de segurança, com paranoia e medo. O forasteiro é quem é o culpado por todo o mal que ameaça esse mundo harmônico. Os perigos rondam além dos muros (Bauman, 2001).

O saudosismo de uma comunidade contida nos preâmbulos da história que hoje se encontra perdida é um dos grandes mitos que se remonta desde que se faz história. Comunidade fundada na crença de que um agrupamento de pessoas compartilhava de uma identidade e laços de amor, demasiada herança cristã para os românticos modernos. Talvez a comunidade nunca tenha existido, conforme Nancy (1986, citado por Pelbart, 2003) supõe:

Quem diz sociedade já diz perda ou degradação de uma intimidade comunitária, de tal maneira que a comunidade é aquilo que a sociedade destruiu. É assim que teria nascido o solitário, aquele que no interior da sociedade desejaria ser cidadão de uma comunidade livre e soberana, precisamente aquela comunidade que a sociedade arruinou.

O que existiram talvez fossem laços compostos a partir de sistemas de crenças, relações com a morte e o morrer, organização do trabalho coletivo, ao mesmo tempo que traçavam limites bem definidos do que viria ou não a compor esse agrupamento. A sociedade não sucedeu a comunidade. Foi uma invenção assim como a comunidade. Mais ainda, qualquer desejo de fusão unitária configura em empobrecimento da vida. Seguindo os passos de Blanchot, Pelbart (2003) afirma: “na comunidade já não se trata de uma relação do Mesmo

com o Mesmo, mas de uma relação na qual intervém o Outro, e ele é sempre irreduzível, sempre em dissimetria, ele introduz a dissimetria” (p. 34).

Assim, os séculos derradeiros, XX e XXI, foram marcados pela crise da forma-homem, pelo abandono da ideia de aperfeiçoamento e progresso com que a civilização e as forças do homem pudessem produzir. Como efeitos contingentes, têm-se, nas linhas hegemônicas, um recrudescimento de um hedonismo imediatista, ao mesmo tempo que um reforço do individualismo através do homem-empresa, e um niilismo ressentido. Várias formas coabitando a produzir modos de subjetivação. Dentre elas, há também uma forma de neonarcisismo, como conceituado por Orlandi (2002, p. 38). O núcleo de modo de subjetivação está centrado em um eu, uma relação consigo que busca ser bajulado, visto, noticiado, cuidado, compreendido, aplaudido, valorizado como se sua existência, por si só, já garantisse todos os louros. Não é mais Narciso apaixonado por si diante de sua própria imagem e identidade refletida na água, é agora talvez “a ilusão de não se ter qualquer poder, ou de se ter um poder absoluto de controle sobre a multiplicidade de suas exposições. Sou aliciado por linhas que me tecem como meu próprio inimigo ou aliado”.

Deste governo da individualização, se extraem conceitos a partir da dialética indivíduo-sociedade. Por assim, tem-se toda a produção de entendimentos, conjugação de sensibilidades em torno dessas duas entidades abstratas. O que cabe ao início do século XXI talvez seja os sintomas ligados a características ensimesmadas, dada o contexto maciço de individualização, tais como: os que mantem relação com o suporte emocional, o excessivo narcisismo e a preservação da autoimagem, melancolia carregada de ressentimentos, crises agudas de ansiedade sem motivos aparentes, ou delírios paranoicos de perseguição diante de olhares estranhos, competitividade exacerbada. Esses exemplos demonstram o próprio corpo imbricado com os processos sociais que ocorrem neste momento histórico. Doravante, há alguns fenômenos mais recentes justapostos na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle que carregam algumas dessas características.

É proveniente das terras nipônicas o termo e o fenômeno dos *hikikomori* que significa literalmente isolado em casa, relacionado a pessoas que estão com mínimos contatos sociais, adscrevendo sua vida ao ambiente doméstico. O fenômeno não se restringe, contudo, a apenas esse país tendo registros em várias partes do mundo. Pesa para a produção dos *hikikomori* as relações tecnológicas e as condições socioeconômicas mais elevadas. É por extensão que também se produziram os *Herbs*, um contingente da população que abandonou a busca por sexo e casamento no Japão. O fenômeno comporta pessoas do sexo masculino com faixas

etárias entre 30 e 50 anos principalmente. Migraram dos grandes centros urbanos para pequenas comunidades agrícolas, assumindo uma vida distante dos padrões hegemônicos de sucesso da cultura neoliberal japonesa, muitos prevendo a impossibilidade de atingi-los. Trabalhos de baixa remuneração, sem muitas exigências, voltados a uma vida bucólica são características desse estilo de vida. Da mesma forma, há os NEETs (*not in education, employment, or training*) uma parcela da população de jovens dos países, em especial já desenvolvidos economicamente, que se encontra excluída ou já desistiu da entrada no sistema de produção capitalista. Tanto os *hikikomori*, NEETs, *Herbs* e as *career woman* (mulheres que desistem de constituir família em função das implicações na vida profissional) são apontados como os protagonistas da crise de natalidade pela qual o Japão passa nos últimos anos, ao mesmo tempo que já se antecipa a ruína financeira do país pela queda na qualificação de mão de obra disponível a ser explorada (Wikipédia, 2017).

Fenômenos esses que agregam várias possibilidades de compreensão em que os novos rearranjos de aplicação da governamentalidade neoliberal e sua completa submissão, bem como a resistência que daí suscita naquilo em que especificamente a biopolítica atua. Uma recusa daquilo que é imposto aos indivíduos em seu viver diário, sintomas a serem avaliados e interpretados. Talvez seja um fenômeno específico das terras nipônicas, talvez já esteja se viralizando por todo o globo. Fato é que não estão dissociados da produção de subjetividade do capitalismo mundial integrado.

Nesse sentido, há também Bloom, a criação de uma forma literária que aglutina uma certa experiência contemporânea. É aquela que, imersa em sistemas de troca e consumo, encontra-se indiferente a tudo. A experiência niilista de nosso momento histórico, mas que ao mesmo tempo torna inoperante os mecanismos do biopoder, justamente por nada querer (Pelbart, 2003).

Aproximando-nos assim do paradoxo central: quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado. (...) a nova rodada de compressão do tempo-espaço está pontuada de tantos perigos quantas são as possibilidades oferecidas por ela para a sobrevivência de lugares particulares ou para uma solução do problema da superacumulação (Harvey, 2012, p. 267).

Consustancialmente, a crise das narrativas estaria diretamente relacionada às transformações ligadas à temporalidade e espacialidade. Walter Benjamin ao distinguir o

conceito de experiência e vivência tem como suporte a produção de subjetividade nas metrópoles nascentes do final do século XIX. Crise também na produção do espaço. O cidadão destes contextos urbanos intensificou as narrativas de si, enquanto indivíduo autônomo dotado de uma interioridade. Ao final do século XX, essas narrativas se transpuseram para a superfície das telas dos aparelhos eletrônicos. Agora, elementos como a instantaneidade e o excesso de informação vêm a suplantar as novas narrativas, adquirindo outra heterogeneidade de composições. Por vezes, as narrativas são compartilhadas, esquecidas ou restritas à experiência do indivíduo. Informações são unificadas e difundidas por algoritmos de seleção, ao mesmo tempo em que brechas são produzidas e enunciações minoritárias são amplificadas. Também aí vê-se a produção do fenômeno de pós-verdade, quando as mídias de massa perdem o monopólio de produção de informação, na mesma medida em que se restringe acessos pelos filtros, na intenção de controlar o descontrole e reestabelecer o monopólio. Incorre-se na produção de bolhas de informação em guetos, ao mesmo tempo que permitem a difusão de novas narrativas pela produção de séries, filmes, memes. Congregados de múltiplos fins também são criados por conexões virtuais, seja para reproduzir a lógica neoliberal, como para articular sua resistência. Proximidade esta, às vezes, maior que com os membros do bairro onde se mora. Ainda assim, são delicadas quaisquer uma dessas afirmações por restringir a multiplicidade de efeitos produzidos por essas relações. Fato é que as dimensões de concepção do espaço relacionam-se diretamente com as experiências ou vivências em uma cidade.

Além disso, a produção do corpo na atualidade também encontra regulação nos dispositivos de biopoder. Há investimentos maciços de cada um para a produção do próprio corpo segundo regras previamente estabelecidas conforme os ditames estéticos da mídia ou do discurso científico direcionados para uma determinada finalidade. Mesmo que a finalidade seja a de tornar o seu corpo objeto de desejo para os demais ou para garantir uma “boa saúde”, mantem-se o paradoxo: o corpo individual, também é violentado por estes ditames morais que supõem uma base natural dos corpos, mas que estabelecem um valor universalizante do que deve ser um corpo. Há agenciamentos sendo produzidos a partir dessa captura do desejo pelas máquinas de produção do capital. “Reduzidos ao mero corpo, do corpo excitável ao corpo manipulável, do corpo espetáculo ao corpo automodulável, é o domínio da vida nua...” (Pelbart, 2013, p. 28).

É possível talvez relacionar os conceitos de vida nua e biopoder aos modos de envelhecer na cultura ocidental. Majoritariamente, duas grandes formas: 1 - os idosos e seus

corpos, ao longo de um processo de produção em que não mais úteis à lógica do sistema, são na verdade deixados em estado de sobrevida, seja em instituições asilares alimentados por aparelhos ou medicamentos, sejam esquecidos em apartamentos solitários. Ainda são corpos capazes de efetivar o consumo, mas já distantes de qualquer potência de vida. 2 – corpos atléticos e ativos sexualmente, turbinados de fármacos e cirurgias estéticas que asseguram uma suposta saúde e jovialidade.

Quando os dispositivos se direcionam violentamente ao corpo individualizado e as suas demandas, quando a cidade se torna um campo hostil a todos aqueles que a habitam nas suas mais diferentes especificidades, talvez já se produza outros espaços. Da mesma forma que ocorre a generalização de um estado de exceção em que a guerra é permanente e o inimigo é o próprio corpo político do Estado Nação, naquilo que ainda lhe resta, ao mesmo tempo, ocorrem rupturas, alianças sorrateiras ao grande olho de vigilância. Se a paranoia, o narcisismo, a angústia, o medo, são sintomas de ensimesmamento de nossa época resultantes dos mecanismos do controle da vida, ainda assim, esta é uma realidade só para alguns. Camadas fervilham prestes a produzir rupturas, porque, para outros, romper é seguir sobrevivendo.

Quando caminha o cidadão, às vezes perdido de si e de suas relações, buscando algo que justifique seu levantar matutino e enfrentar o dia que não termina, pode se deparar com o inesperado artista de rua a bradar que a vida pode ser melhor vivida. Outras vezes, encontra em qualquer esquina o homem-empresa seguro do que é necessário para salvar a humanidade dessa miséria que a cidade também apresenta ao menor esforço individual. Comporta também o olhar da criança que busca no jogo de futebol o desejo de conseguir fazer um gol e poder contar a sua mãe seu grande feito quando ela retornar do trabalho, como um jeito de honrar a saudade. É a multiplicidade que uma cidade comporta em suas muitas camadas.

Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metros, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas de repouso e moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como contraespaços (Foucault, 2013, p. 19/20).

Esses contraespaços a que Foucault refere são composições possíveis, lugares que todas as sociedades vêm a produzir, brechas que permitem a suspensão das concreções a que estamos sujeitos, em cada momento histórico. Diferente das utopias que são desprovidas de

lugar, que não na virtualidade das almas, esses contraespaços são antes heterotopias, porque estão inscritos no real. Podem estar materializados na temporalidade de uma festa ou em um jardim simétrico, em museus ou bibliotecas, o percurso de um navio, evanescentes por natureza. Característica pétreia: “elas são a contestação de todos os outros espaços” (Foucault, 2013, p. 28).

Salutares ao grande projeto da Jerusalém Celestial, são lugares que qualificam uma política inteiramente outra. Talvez os solitários sejam capazes de vivenciarem heterotopias no campo social. Solitários que se encontram fixados em determinados diagramas de poder, mas que ao mesmo tempo, por seu corpo e experiência escapem para espaços utópicos e heterotópicos. “Essa luta, peça de resistência da história social ao ver de Foucault, não tem uma lógica temporal necessária” (Harvey, 2012, p. 196/197).

Estamos no deslocamento entre as sociedades disciplinares e as novas forças da sociedade de controle. É nesse interstício que as políticas de solidão parecem ganhar forma. Ainda não completamente relegados ou transformados, os dispositivos disciplinares ainda imperam estratégias de individualização. O declínio da fábrica enquanto modo de produção, contudo, emite sinais que os aparelhos e mecanismos disciplinares já se encontram em crise. Seu agonizante fim ainda não se pode prever, apenas seus dispositivos substitutos a crescer e se multiplicar. Caminhamos agora para a consolidação da sociedade de controle e suas modulações em linguagem numérica, tendo como seu expoente equivalente a empresa. Deleuze ainda nos adverte: “Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e concreções. (...) Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (Deleuze, 2013, p. 224).

Liberdade

- Você! Por que vive? Não desviarei os olhos de você enquanto não houver resposta para essa pergunta. Também não aceitarei justificativas em função de outras pessoas. Quero que você responda por que decide caminhar com as suas próprias pernas todos os dias! Nem ouse seguir adiante enquanto não me der uma resposta.

Pela última vez, Esperança estava diante de si em frente ao espelho, repetindo a questão que se fez durante toda vida. Os sulcos que percorriam seu rosto haviam sido impressos pelo tempo ao longo de mais de oito décadas. Esperança era alguém que exigia de si e da vida, querendo um sentido para si. Quando não imperava o silêncio, as respostas nem sempre eram gentis.

Daqui a duas horas, Esperança cairá no banheiro de seu apartamento e sofrerá um acidente vascular cerebral grave. O acaso trará longos três anos em uma clínica para idosos. Ficará imóvel em função da hemorragia ter atingido a parte motora pré-frontal do cérebro. Sua fala também ficará comprometida. Haveria, contudo, de preservar o resto das funções cerebrais, permanecendo plenamente consciente.

Em seu enterro, estará o filho distante. Estarão também poucas amigas, as que sobreviveram, muito tristes. Apesar de a principal preocupação que as acometerá, ao longo do evento, é quem será a próxima da lista. Todas sentirão falta de Esperança e de sua forma de ver a vida de maneira crua, que, em alguma medida, estranhamente, reconfortava-as.

Esperança nasceu em um quase vilarejo, tendo uma educação rígida e baseada nos valores cristãos. Ensinarão-lhe os bons modos lá, valores que se transformaram muito rápido nas últimas décadas, em sua opinião. Ficava espantada com a violência que a capital apresentava nos últimos anos e com o quanto as pessoas estavam egoístas e mesquinhas. Morou por mais de 50 anos na metrópole e nunca havia visto nada parecido. Temia sair à rua. Seu corpo já estava frágil, sentia-se frágil, embora nunca tenha admitido.

Como boa moça criada, seu maior sonho sempre fora casar. Ao longo da vida, sentiu muita inveja das colegas do escritório que se casaram, embora nunca tenha admitido. Abria um sorriso amarelo para todas ao saber desse tipo de novidade. Ressentiu-se ao longo de boa parte de sua vida, em função de se sentir inferior por ser mãe solteira. Acreditava sentir os

olhares de repreensão das pessoas ao contar que criava o filho sozinha, sequer tendo casado com o pai de seu filho.

Ao completar 40 anos, Esperança teve a chance de se permitir estar em uma relação. Conheceu Justino, um divorciado recém-chegado à empresa de advocacia que trabalhava. Essa idade era crítica em sua concepção, última oportunidade de ter um relacionamento. Afirmava que depois dessa idade as mulheres perdem o valor no mercado de carnes para as mais novas. Embora relutasse com a ideia de um relacionamento em função de seu ressentimento, achou que deveria se permitir depois de longas insistências da parte de Justino.

Justino era simpático, apoiava o regime militar e acreditava que a educação cristã e a disciplina salvam um país. Isso foi mais que o suficiente para Esperança ver ali um bom pretendente. O romance de folhetim que ela tanto idealizava não foi bem assim. Saíram por algum tempo e, na medida em que foram conhecendo mais a respeito da vida um do outro, Esperança foi percebendo manias em Justino que destruíram por completo suas expectativas.

Odiava os modos dele à mesa, o jeito que roncava, o sexo sem orgasmo, a quantidade de piadas sem graça que contava. A vida toda esperou alguém para depositar seu ideal de amor romântico. Foi muito duro para ela ver seu sonho de casar desmoronar, embora nunca tenha admitido. Passou a comprar cachorros dali por diante.

Foi uma boa escolha. Sua vida se tornou menos só. Paradoxalmente, Esperança teve muitas amigas, mas não confiava em nenhuma. Aprendeu ao longo da vida que mulheres são más. São seres que a única coisa que são capazes de sentir em sua mais profunda intimidade é a inveja uma das outras. A experiência no escritório de advocacia não foi de grande ajuda, esse detalhe merece ser posto.

Toda terça e quinta-feira jogava carta com elas. Adoravam conversar sobre a novela das nove e também sobre noticiário policial sensacionalista. Enquanto suas amigas diziam odiar o vilão da novela, Esperança intimamente gostava. Via nele mais humanidade que nos outros personagens e isso a atraía, embora nunca tenha admitido. Também se admirava da qualidade de alguns roubos e assassinatos que deixavam suas amigas profundamente aterrorizadas. Ao mesmo tempo em que sentia medo, via nos bandidos uma coragem e revolta que ela quis para si ao longo de toda vida, mas que por bem de seu filho, acabou por manter uma vida mais branda.

Seu filho, por um lado, foi um fardo. Esse tipo de coisa não se admite, mas foi. Jamais imaginou as consequências que ele traria para sua vida. A concepção dele se deu ainda

quando morava no vilarejo. Estava de flerte com um vizinho, que lhe prometia juras de amor.

Um dado dia, encontraram-se em uma festa e aconteceu. Quando do descobrimento da gravidez, não se envergonhou. Fugiu para cidade grande. Não quis abortar, embora soubesse quem a ajudaria. Inconscientemente, sentia que isso a libertou da moralidade que a asfixiava naquele fim de mundo, embora nunca tenha admitido. Preferiu se punir ao longo do resto dos anos.

Aprendeu desde muito cedo que é o dinheiro quem manda na vida. Trabalhou arduamente para criar o filho sem o auxílio de ninguém. Era para ela uma punição, mas ao mesmo tempo um orgulho. Suportou muitos trabalhos em que era humilhada pelas pessoas como garçoneite ou fazendo faxinas, por chefes que a assediavam ou madames que a tratavam como lixo. Quando convidada a ser secretária do escritório de advocacia, aceitou pelo dinheiro. Sabia que ali não seria feliz, mas que poderia oferecer para o filho coisas que jamais sonhou.

Em sua relação com o filho, foi tão dura com ele, quanto a vida foi com ela. Talvez por isso a distância e o fato de que nunca irá a visitar na clínica nos anos da enfermidade. Quando internar na clínica, o cachorro ficará uma semana sob os cuidados do filho distante. Em um determinado dia, o filho será tomado de uma raiva em relação à forma como sua mãe amava aquele cachorro e o abandonará na rua, sem remorso. O cachorro ficará vagando por dois dias até que encontrará um senhor que vive já há alguns anos na rua. Dois semelhantes do urbano que se encontrarão e serão amigos, uma amizade sincera das circunstâncias.

Deitada sob uma cama de hospital ao longo desses três anos, a alma de Esperança habitará muitos lugares. Aprenderá a imaginar seu corpo em meio a alto mar. Flutuando sobre as ondas, à deriva, abaixo do sol e das nuvens, com seu maior companheiro sendo o silêncio, livre de quaisquer concreções que a vida lhe exigira. Uma vez que outra, também se imaginará sobrevoando sua cidade natal e a cidade que viveu a maior parte de sua vida, revisitando lugares, pessoas e situações que amou, mesmo que à época resistisse a viver a o momento. Agora saberá a ser gentil com suas memórias.

Nesse ínterim de anos, Esperança viverá pequenas epifanias a respeito de si e da vida. Finalmente, haverá uma resposta para sua sempre presente pergunta. Descobrirá que sua vida necessariamente não precisava de uma justificativa ou sentido. Que sua vida foi vivida pela intensidade. As mágoas foram guardadas por exclusiva necessidade sua, visto que não pôde modificar o passado. Quanto ao futuro é a imprevisibilidade do acaso que o rege, sempre disposto a demonstrar a impermanência de todas as coisas. Em última instância, na vida, não

há responsáveis, mas sim uma sucessão de acasos. Esses foram os pensamentos mais libertadores que Esperança teve nesses anos de reclusão sobre si.

Em suas horas finais, enquanto seu coração para de bater, Esperança assumirá um estado de beatitude, quando tiver a experiência de mais plena entrega à vida.

5 Dispõe-se de quarto para pessoa sozinha: tratar aqui

Hoje solitários, vocês que vivem separados, vocês serão um dia um povo. Aqueles que se designaram a si mesmos formarão um dia um povo designado – e é desse povo que nascerá a existência que ultrapassa o homem.

Nietzsche

Os capítulos anteriores foram uma tentativa de agregar alguns elementos que expusessem o governo da individualização. Este conjunto de dispositivos que tentam marcar os corpos e suas almas na cotidianidade de suas vidas os sujeitando a uma vida individualizada, cerrada em si mesmo em uma clausura política submersos pelo fluxo da cidade. O privado que se interpõe como principal modo de vida possível ao contexto capitalista. Novamente, sujeição “que categoriza o indivíduo, marca-o em sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros tem de reconhecer nele” (Foucault, 1995, p. 235).

Ao conceituar e analisar os embates entre os regimes de saber e poder da atualidade, Foucault (1995) destaca também algumas formas específicas de luta. Dentre elas, encontra-se a que coloca em questão o estatuto do indivíduo. Essa forma de luta operando de dois modos: afirmando o direito de ser diferente, buscando meios de assegurar essa diferença do indivíduo; ao mesmo tempo que lutam contra as forças que convocam à fragmentação em indivíduos, reiterando a relação com os outros a partir de sua base comunitária; e recusam as determinações que fixam identidades sob o regime individualista. “Essas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o ‘indivíduo’; mais que isto, são batalhas contra o ‘governo da individualização’” (p. 235).

Ao que se segue, Deleuze (2005, p. 113) também assinala nessa mesma direção:

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose.

Assim, os ares de profecia que o aforismo de Nietzsche assume, dão início à discussão a respeito da solidão propriamente dita. É através do autodesigno de si que encontraremos alguns elementos para a discussão a que propõe o presente estudo. A maior invenção

propriamente grega, segundo Foucault, é a capacidade de se autodesignar, de fazer da vida uma obra de arte através do cuidado de si, a capacidade de dobrar a força sobre si mesma. Para tanto, serão elencados alguns elementos componentes da conceituação da subjetivação vista como dobra das forças do Fora, na leitura que Deleuze busca em Foucault (2005, 2013). Da mesma forma, produzir-se-á intersecções com o pensamento de Deleuze (1991, 2013) a partir da leitura da obra filosófica de Leibniz no que tange também ao procedimento da dobra. Serão ângulos de um prisma que não se pretende completo. Início, então, pela proposição de que a solidão existe apenas de modo relativo ou sobre uma determinada perspectiva. O que discorrerá ao longo do capítulo é a argumentação desta proposição.

A primeira dimensão da subjetividade, a partir destas leituras, está associada às formas de saber, processo de estratificação que se dá entre os regimes de visibilidade e dizibilidade. Atualiza-se aí, a cada momento, um complexo emaranhado de forças, agenciamentos concretos (dispositivos bifformes) de conteúdo e expressão, compostos por uma relação de heterogeneidade, duas formas de atualização: luz e sombra, dança eterna do que é visto e dito, em que o passo de um não alcança distância maior do que as capacidades do outro. A intensidade da música é que conduz e o que surpreende a dança, convocando o ritmo a mudança. Os enunciados são o que permite acessar a luz e a sombra, nada estando para além deles. Não se ligam nem ao possível, nem ao virtual. Pertencem ao domínio do real e estão adscritos ao momento em que são expressos, inclusive pela sua incompletude ou seus brancos. “Um enunciado sempre representa uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente” (Deleuze, 2005, p. 15). É pelo espaço de raridade em que são expressos que se torna possível sua mensuração na curvatura e regularidade que assumem na convergência com essas singularidades, embora não se sobreponham enunciados e singularidades. Os enunciados também não dependem de um sujeito transcendental para serem emitidos, mas sim da existência de “lugares” do sujeito para cada enunciado” (Ibid, p. 16). Trata-se, portanto, de uma questão de análise topológica. “Tal como a memória bergsoniana, o enunciado se conserva em si, em seu espaço, e vive enquanto durar ou for reconstruído (Ibidem, 2005, p. 16).

Há também cordas ligadas aos bailarinos que dançam. Máquinas abstratas (diagramas) com capacidade de mover o informe são o que incessantemente produzem a dança do agenciamento em suas engrenagens. Ela “(...) é a apresentação das relações de força que caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetada; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (Ibid, p.

80). Opera na imanência, atravessando em todos os pontos os agenciamentos concretos. É o que faz ver e falar, embora seja “uma máquina quase muda e cega” (Ibid, 44).

Quanto aos agenciamentos concretos, em seu cruzamento entre relações de saber e poder, há reciprocidade imanente, dispostos por regime de heterogeneidade. Todas as relações entre as formas de saber, são antes relações de força. Forças que sempre se encontram em relação com outras forças no campo dos diagramas de poder, segunda dimensão do pensamento foucaultiano. Nesse sentido, Deleuze (2005, p. 83) elucida:

As relações de poder são relações diferenciais que determinam singularidades (afetos). A atualização que as estabiliza, que as estratifica, é uma integração: operação que consiste em traçar “uma linha de força geral”, em concatenar as singularidades, alinhá-las, homogeneizá-las, colocá-las em séries, fazê-las convergir. Ainda assim, não há integração global imediatamente. O que há é uma multiplicidade de integrações locais, parciais, cada uma em afinidade com tais relações, pontos singulares. Os fatores de integração, agentes de estratificação, constituem instituições: o Estado – mas também a Família, a Religião, a Produção, o Mercado, a própria Arte, a Moral... As instituições não são fontes ou essências, e não têm essências nem interioridade. São práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, já que supõem as relações e se contentam em “fixá-las” sob uma função reprodutora e não produtiva.

Pelo caos com que essas forças se relacionam, provenientes do Fora, adentram os diagramas e os estratos, incorrendo em rearranjos pelos fatores de integração. As singularidades passam por uma relativa estabilização e organização em séries sem, no entanto, limitarem-se a esse processo. Ao mesmo tempo que o poder produz determinações sobre o real, também produz os regimes de verdade através dos espaços de enunciação. O Fora é que envolve o campo dos saberes e das relações de poder. Passa através dos dispositivos os constituindo, mas livre de qualquer função unificadora com eles. A relação com o Fora é a terceira dimensão do pensamento de Foucault e a respeito dela, Deleuze (2005, p. 96) sinaliza que “(...) o lado de fora é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia”.

É através das dobras de subjetivação que concreções com o Fora, constituídas como partículas de singularidade, podem adentrar ou não os diagramas e estratos. É também o campo do pensamento, da não-relação, do ainda não pensado, do possível, ou virtual. “O pensamento não vem de dentro, mas tampouco espera do mundo exterior a ocasião para acontecer. Ele vem desse Fora, e a ele retorna; o pensamento consiste em enfrentá-lo. A linha do fora é nosso duplo, com toda a alteridade do duplo” (Deleuze, 2013, p. 141). Assim, o pensamento não pertence à uma subjetividade individual, particular. É sempre proveniente das

relações com o Fora e a efetuação das forças imposta ao corpo e à alma. O ato de pensar é composto por uma complexidade de problemas (virtualidade) que venham a se tramar na capacidade de afetação de quem pensa. A linguagem se manifesta através de agenciamentos coletivos de enunciação: todo um campo de visibilidades e dizibilidades a variar ao longo dos processos históricos, emissões de significantes a capturar as partículas de singularidades. Por isso, acompanhar esta linha de pensamento permite-nos dizer que, de algum modo, nunca se está só. Ninguém detém a linguagem no sentido privado. Habita-se o meio entre os campos de enunciação, os diagramas de poder e a relação com o Fora. Em suma, “Saber, Poder e Subjetividade, de modo algum têm elas contornos definidos de uma vez por todas, mas são cadeias de variáveis que se disputam entre si” (Deleuze, 2016, p. 359).

É então através da ética do cuidado de si que se apresenta a possibilidade de dobrar as forças que operam a subjetivação. São os rasgos que são possíveis de se produzir a partir de regras facultativas do homem livre, em que há “uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si” (Deleuze, 2005, p. 108). É a constituição de um território em que a vida enquanto diferenciação se torna possível, fuga da trama de concreções do poder e do saber, produção de diferença ainda que se sofra novas capturas. “Trata-se da constituição de modos de existência, ou invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, a nossas relações com a morte: não a existência como sujeito, mas como obra de arte” (Deleuze, 2013, p. 120). Daí decorre a possibilidade de uma relação ético-estética com os processos de subjetivação através da criação de uma vida que se inventa na própria relação com o saber e o poder. A respeito dos processos de subjetivação Deleuze (2013, p. 193) assinala que “nada têm a ver com a ‘vida privada’, mas designam a operação pela qual indivíduos e comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes”.

Quem (se) subjetiva, estes são os nobres, aqueles que dizem, segundo Nietzsche, “nós, os bons...”; porém, noutras condições, são os excluídos, os ruins, os pecadores, ou bem os eremitas ou bem as comunidades monásticas, ou bem os hereges. (...) produções de subjetividade que escapam dos poderes e saberes de um dispositivo, para se reinvestirem nos de um outro, sob outras formas a nascer. (Deleuze, 2016, p. 362/363).

Assim, é sobre uma certa convergência de singularidades fabricando um dentro, em correspondência com o Fora, que a dobra irá se produzir. É a partir da constituição de um limiar de lentificações que haverá a possibilidade de sedimentações que qualificam as subjetividades. É algo como uma membrana de superfície mediando as partículas de singularidade que afetam e são afetadas na dobra. Interno e externo tornam-se relativos

quando compreendidos a partir das singularidades que se conectam a partir dessa membrana, sem necessariamente corresponder à uma ordem ou sentido. É por uma certa caoticidade empírica que se agrupam as significações a partir dessas singularidades e que avaliações e interpretações das forças são possíveis, abertura do campo problemático (Deleuze, 1985):

É por essa razão que o elemento paradoxal vai desempenhar um papel preponderante no procedimento deleuziano: tal elemento não cessa de fazer girar o sentido em todas as direções, permitindo que a experimentação se desloque do idêntico (plano da representação) para o problemático (plano do acontecimento) (Silva, 2004, p. 6).

“O acontecimento produz-se em um caos, em uma multiplicidade caótica, com a condição de que intervenha uma espécie de crivo”. (Deleuze, 1991, p. 132). Acontecimento e história não se encontram em posições opostas. A história é o que se atualiza do acontecimento. Ocupar um campo problemático é se instalar no próprio acontecimento, passar ao plano da virtualização nas linhas de força que o compõem. A história, nesse sentido, é o que determina e condiciona a experimentação do acontecimento, “mas a experimentação não é a história” (Deleuze, 2013, p. 215). É nesse movimento que o novo tem sua concepção, a solução de um problema por um ato de criação através da atualização. O que em outras palavras permite dizer que “a história é o arquivo, o desenho do que somos e deixamos de ser, ao passo que o atual é o esboço do que devimos” (Deleuze, 2016, p. 366).

Deleuze também desenrola a problemática vinculada à política de subjetivação do homem moderno a partir da produção Barroca, última tentativa de reconciliação com o pensamento do infinito. Imbricado nas estruturas urbanas e na produção de territórios existências, está o conceito de mônada e seu sistema de portas e janelas, buracos para o mundo exterior, e o andar superior da clausura da alma. “É em nossa vida social que o sistema janela-exterior tende a ser substituído pelo sistema aposento fechado-mesa de informação: nós vemos o mundo mais do que vemos” (Deleuze, 2013, p. 201).

Aposento fechado-mesa de informação: disposto em dois andares de uma mesma estrutura. Ao andar de baixo, aquele que condensa maior peso em função do contato ininterrupto com a matéria, correspondem às leis físicas de fenômeno. Nesse andar, constam as janelas e as portas em relação de fora para fora, buracos pelos quais a matéria vai se afinando quanto a receptividade, conjugando-se segundo as intensidades na capacidade de afetar e ser afetado. Reservada ao andar superior, encontra-se a mônada, caracterizada pela pura interioridade. Essa por sua vez, é finita conforme as dobraduras que se produzem e comporta o princípio metafísico da alma, que se propulsa sempre em direção às alturas da

estrutura. Na plenitude de sua leveza, encontra-se a Razão Pura. Os dois andares “não somente se distribuem em função de uma linha ideal, linha que se atualiza em um andar e se realiza no outro, como são também relacionados sempre um ao outro por uma correspondência superior” (Deleuze, 1991, p. 57).

A dobra não opera como um universal, é antes uma expressão de singularidades que adentram o interior das coisas, produzindo relações de diferenciação. Cada alma, comporta uma infinidade de dobraduras que são dobradas de modo único. “O conceito de dobra é sempre um singular, e ele só pode ganhar terreno variando, bifurcando, se metamorfoseando” (Deleuze, 2013, p. 206). Isso porque “a alma ou sujeito (mônada) é inteiramente fechada, sem portas nem janelas, e contém o mundo inteiro no seu fundo muito sombrio, apenas iluminando uma pequena porção deste mundo, porção variável para cada um” (Deleuze, 2013, p. 200).

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce (...). Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos do poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc. (Foucault, 2009, p. 32)

Assim, há principalmente quatro tipos de dobra pelos quais os processos de subjetivação operam. A primeira corresponde ao corpo em sua fisicalidade, enquanto aquilo que o define e delinea, dadas as devidas variações conforme as formações históricas a seu respeito. A segunda dobra é o processo no qual as forças passam afetar a si mesmas na relação consigo, vergando sobre si “segundo uma regra singular” (Deleuze, 2005, p. 111). Os regimes de verdade e a relação conosco a partir daquilo que tomamos por verdadeiro é o que constitui a terceira dobra. A quarta é “aquele da própria linha do fora para constituir uma ‘interioridade de espera’” (Deleuze, 2013, p. 144), o sujeito em relação com o fora. Ainda, “elas operam ‘por sob os códigos e regras’ do saber e do poder, arriscando-se a juntar-se a eles se desdobrando, mas não sem que outras dobraduras se façam” (Deleuze, 2005, p. 112).

Deleuze também define essa relação de si, as dobraduras da subjetivação, enquanto Memória, “para além da memória curta que se inscreve nos estratos e nos arquivos, para além das sobrevivências ainda presas aos diagramas” (Deleuze, 2005, p. 114), é a memória absoluta, a dimensão do tempo que se inscreve na renitência do devir. “O tempo se torna sujeito, por ser a dobra do lado de fora e, nessa condição, faz com que todo o presente passe

ao esquecimento, mas conserva todo o passado na memória, o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeçar” (Deleuze, 2005, p. 115).

Tempo que, para Nietzsche (2001), na perspectiva do solitário, prepara a *Redenção*, como anunciado na Gaia Ciência:

Detesto seguir alguém assim como detesto conduzir.
 Obedecer? Não! E governar, nunca!
 Quem não se mete medo não consegue metê-lo a ninguém,
 E só aquele que o inspira pode comandar.
 Já detesto guiar-me a mim próprio!
 Gosto, como os animais das florestas e dos mares,
 De me perder durante um grande pedaço,
 Acocorar-me a sonhar num deserto encantador,
 E forçar-me a regressar de longe aos meus penates,
 Atrair-me a mim próprio... para mim.

A perspectiva de uma nova sensibilidade que é capaz de surgir ao cruzar este “deserto encantador”, como anunciado pelo filósofo em poema da Gaia Ciência, é também apresentada por Zarathustra como o trajeto inevitável para preparar orelhas suficientemente pequenas, que possam captar a delicadeza dos encontros que valem a pena. Novamente é neste paradoxo de uma solidão que não se opera no vazio da individualidade capitalística contemporânea, que uma outra dimensão à subjetivação solitária se desdobra em novas forças. É o que Z parece afirmar no capítulo intitulado *Da redenção*:

E, quando saí da minha solidão e passei, pela primeira vez, nesta ponte, não acreditava nos meus olhos e olhei e voltei a olhar e, por fim, disse: “Isso aí é uma orelha! Uma orelha grande como um homem!” Olhei melhor: e, realmente, debaixo da orelha, movia-se alguma coisa, que dava pena, de tão pequena e grácil e mirrada. E, na verdade, a monstruosa orelha achava-se sobre um pequeno, fino caule – mas o caule era um homem! Quem pusesse uma lente diante do olho poderia, até, reconhecer ainda um pequeno rosto invejoso; e, também, que uma tímida alminha balançava no caule. O povo me disse, porém, que a grande orelha não era somente um homem, mas, sim, um gênio. Mas eu nunca acreditei no povo, quando ele falava de grandes homens – e guardei minha persuasão de que tudo aquilo era um aleijado às avessas, que tinha pouquíssimo de tudo e demais de uma só coisa. (NIETZSCHE, 1998. p. 171)

É o casamento de Ariadne com Dionísio que faz nascer a pequena orelha, quando superado Teseu-herói. Teseu designa o fardo dos idealismos, engaja-se para condenar a vida segundo valores transcendentais. É o herói, o homem-superior, o Humanista, a grande orelha. Ariadne, a Alma, quando ainda enamorada de Teseu, só é capaz de se ressentir. Diferentemente, após ser abandonada por Teseu, Ariadne se vê rendida com Dionísio-Touro,

aquele que representa as forças imanentes da vida. Após unirem-se, Ariadne e Dionísio estabelecem a pura vontade e força afirmativas que concebem o além-do-homem, o ser das cavernas e cumes, a pura afirmação. O labirinto a ser percorrido então “já não é mais o do conhecimento e da moral, e sim o da vida e do Ser como vivente” (Deleuze, 1997, p. 137).

De outro modo, mas na mesma direção, Deleuze (1985, p. 7) afirmará que para Nietzsche, na constituição de seu método de fazer filosofia, é fundamental a criação de um ‘pathos da distância’ ou diferença como elemento crucial para a realização de uma crítica de todos os valores a golpes de martelo. Mais precisamente, “o elemento diferencial não é crítico do valor dos valores, sem ser também o elemento positivo de sua criação”.

Deleuze também (1991) retomará essa problemática da liberdade constitutiva da alma em sua obra sobre a dobra. A mônada é livre de determinações, uma vez que escolhe quais predicados (acontecimentos) irá incluir ou não na claridade de seu mundo (quanto menor o número de predicados, menor a amplitude da alma) nas dobras internas e redobras externas que a constitui. “São atos livres na medida em que “o ‘autômato espiritual’ é programado por motivação para os atos voluntários, como o ‘autômato material’ é programado por determinações maquinais” (p. 125). Assim, as dobras e a virtualidade das mônadas são o que propicia a liberdade no alto da solidão da alma. Equivale a se afirmar o constante movimento dos acontecimentos, não estando nada para além dessa operação que fabrica o mundo no interior da alma.

Talvez, por isso, Deleuze, em seu abecedário, apresente como sendo a grande tarefa do professor justamente ensinar aos estudantes lidar com sua solidão. Num mundo em que os dispositivos de poder-saber nos obrigam a falar e comunicar constantemente estados, opiniões e sentimentos, ensinar aos estudantes o convívio com a sua própria solidão seja um movimento de particular importância para a produção de pensamento. O filósofo adverte: quando não se aprende esse tipo de convívio com a solidão da própria alma, busca-se por escolas. Escolas estas que ensinem a lei, a verdade, o justo, a função-paterna por excelência. São tarefas a serem ensinadas o convívio solitário e a liberdade, ou, fazer com os alunos um povo a que Nietzsche se refere.

Se é pela via da comunicação e do marketing que avançam os dispositivos da sociedade de controle, quando se manipula os signos, engendrando-os ao desejo, tendo por finalidade o consumo e o lucro, são através dos dispositivos de comunicação que o controle também opera, degenerando-os. O que Deleuze nos propõe é que criemos “vacúolos de não-

comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (Deleuze, 2013, p. 221). Talvez essa tarefa também seja dos “solitários”, em um certo distanciamento dos dispositivos que nos obrigam a falar, para que os devires tenham passagem.

Ainda, de outro modo, o eu é o contrário do fluxo. É um reflexo que estabelece um sujeito. O eu individual ou coletivo torna-se reflexo, ao passar a estabelecer relações lógicas consolidando sujeito e objeto. O nascimento do juízo assim se dá, quando se tem necessidade de um eu. Isso porque “um eu é algo feito para ser dado ou tomado, que deseja amar ou ser amado, é uma alegoria, uma imagem, um Sujeito, não uma verdadeira relação” (Deleuze, 2005, p. 70). Diferente do eu, a alma é o fluxo. São relações de força que expressam o combate das forças inerente à vida. “O combate-entre é o processo pelo qual uma força se enriquece ao se apossar de outras forças somando-se a elas num novo conjunto, num devir” (Deleuze, 1997, p. 170). Composição de forças que nos atravessa quando se está no mundo e já distanciados do tribunal do juízo e da destruição da guerra final. Lawrence, pela leitura de Deleuze (1997, p. 71), não concebia essa experimentação sem antes atingir uma solidão fundamental, perfeita e acabada. Só aí é que “tem-se a parte inalienável da alma, quando se deixa de ser um eu: é preciso conquistar essa parte eminentemente fluente, vibrante, lutadora”.

A composição da alma e suas dobras se dão pela produção de séries que congregam singularidades. É também o que permite a produção de resistências em relação as linhas de força hegemônicas nas redobras. Esse espaço absolutamente íntimo que cada alma comporta, fulgura como um espaço de resistência, predicados de uma ética para o cuidado de si. “O problema coletivo, então, consiste em instaurar, encontrar ou reencontrar um máximo de conexões. Pois as conexões (e as disjunções) são precisamente a física das relações, o cosmos” (Deleuze, 2005, p. 71).

Neste contexto de pluralidades de forças e demandas por reinvenções de resistências, o ato de ensimesmar-se não é algo que se deva desprezar. É também, em alguma medida, acessar e produzir a virtualização pela atividade de ruminação que Nietzsche propõe (Deleuze, 1985). É estar consigo próprio a fim de interpretar e avaliar as forças que nos passam, para então criar o novo na passagem do devir, o ato de liberação que permite a fuga das concreções dos gregarismos. Não se pode pensar livremente em rebanho. São necessários ares solitários para que se possa distinguir-se daquilo que não mais nos serve através do que nos é imposto pela moral. Nesse sentido, Deleuze (2013) se referia a Godard enquanto um solitário. Do estilo de vida que criou para si, o cineasta se clausura povoado, “uma solidão

múltipla, criativa” (p. 53). É esse distanciamento, semelhante à figura do Zaratustra em Nietzsche, que possibilita à passagem de devires a produzir a gagueira e a estrangeiridade na própria língua, beatitude do ato de criação.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volumes reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (Deleuze, 2013, p. 222).

6 Considerações a sós

Talvez esteja aí o segredo: fazer existir, não julgar.

Deleuze

“Tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 99). O que nos constitui é um complexo jogo de relações em que se imbricam nas mais diferentes composições, entre camadas de estratificação, diagramas de poder e a passagem de singularidades. Cada momento histórico produzirá variações no agenciamento dessas linhas de força: incorporarão a criação de novas, esvanecimento de outras, manutenção das demais. É, ao alvorecer do século XIX, que a biologia floresce como ciência em suas micropartículas, o campo econômico passa a entender as relações de produção a partir de suas condições da mesma forma que estabelece a disparidade entre essas condições, e a linguagem que começa a gaguejar. A forma homem está diante de sua finitude, o que para o século XVII foi o problema do infinito da forma-Deus (Deleuze, 2005). Deleuze, então, pergunta com quais forças do Fora irá se relacionar o homem? Com quais se relaciona neste instante? Talvez, ao final do processo de escrita dessa dissertação, parece que essa foi a busca pela problematização que se apresentou.

Talvez a condição de indivíduo seja o modo de subjetivação hegemônico desse período de transição entre as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. As técnicas de individualização das sociedades disciplinares ainda se encontram vigentes, enquanto que os dispositivos de controle seguem sua experimentação e aprimoramento. Talvez, em um futuro próximo, os corpos solitários dos indivíduos, por mutação do capitalismo, tornem-se apenas indivíduos, em suas múltiplas formas de segmentação numéricas, biomoleculares, nanotecnológicas, cifras monetárias.

Talvez não escaparemos de uma certa solidão, condenados que estamos, por enquanto, a seguir os fluxos de produção de capital e do seu regime de individualização e dividuação. A própria captura do desejo passa por nós, ocidentais. Somos o capitalismo e seu regime de destruição criativa. Somos muitas histórias de aniquilação do outro enquanto diferença para erigir a Jerusalém Celestial, o grande projeto ocidental da comunidade perfeita dos justos e bons. Comunidade que só existe, de fato, enquanto dissimetria entre aqueles que a compõem.

Se for para se viver em uma comunidade una, tomada de niilismo e aniquilação da diferença, a vida da alma solitária oferece maiores possibilidades de composição de mundo.

Talvez o grande aprendizado que se retira desse processo resida na retomada de uma certa inocência. Entendimento de que a cada momento histórico existem forças que produzem certas concreções em nossos modos de viver, na mesma medida em que possibilitam uma ética a partir dessas próprias concreções. Convocar sensibilidades outras que permitam um o exercício da crítica naquilo que se está a produzir. Vagalumes a escapar das luzes da Razão para criação outras luminosidades, mesmo que pequenas. Esse foi um ensinamento valioso. Quisera sermos legiões de solitários a incluir aquilo que nos compõem para uma vida mais plena e a expelir única e simplesmente aquilo que já não nos serve mais, na tentativa de povoarmos a terra com cânticos dos mais diversos a plenos pulmões. Ao que Nietzsche (2001, p. 187) nos propõe:

Quero cada vez mais aprender a ver como belo aquilo que é necessário nas coisas: – assim me tornarei um daqueles que fazem belas as coisas. *Amor Fati* (amor ao destino): seja este, doravante, o meu amor! Não quero fazer guerra ao que é feio. Não quero acusar, não quero nem mesmo acusar os acusadores. Que a minha única negação seja desviar o olhar! E, tudo somado e em suma: quero ser, algum dia, apenas alguém que diz Sim!

Essas experimentações ao longo dos anos me ensinaram que somos pequenos e limitados, mesmo que contemos um mundo e possibilidades em nós. Por vezes, habitei um deserto niilista de baixo limiar de vida, em outras respirei ares montanhosos repletos de plenitude. Os dois momentos foram fundamentais e deram valor a esta experiência de escrita. Aprendi um pouco mais a fluir, sem, contudo, precisar fechar os olhos para aquilo que acredito importar. Deixar de operar pela dialética, para, em alguns momentos, operar por rizoma. Ser solitário, sem deixar de ser multidão, aos sussurros de Deleuze e Guattari (1996, p. 15): "Há sempre um coletivo, mesmo se se está sozinho".

Referências

- Agamben, G. (2005). *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bauman, Z. (2001). *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense. 3ª Edição.
- Benjamim, W. *Paris, capital do século XIX*. In Kothe, Flávio (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, coleção grandes cientistas sociais, p. 30 a 43, 1985.
- Costa, L. A.; & Fonseca, T. M. G. (2013). Cidades sutis: dispersão urbana e da rede de saúde mental. [Versão eletrônica]. *Psicologia & Sociedade*, n. 23, v. 2, p. 21-30.
- Deleuze, G. (1985). *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés Editora.
- Deleuze, G. (1991). *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. São Paulo: Editora 34. 3ª edição.
- Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos*. São Paulo: Editora 34. 3ª edição.
- Deleuze, G.; & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia vol. 1*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia vol. 3*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia vol. 5*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; & Guattari, F. (2014). *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Foucault, M. (1995). *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. (1995). Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997). *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*. São Paulo: Princípio Editora.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Matins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, Território e População*. São Paulo: Matins Fontes.

- Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*; posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições.
- Gagnebin, J. M. (2011). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Harvey, D. (2012). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 23ª Edição.
- Henz, A. O. (2007). Ocasos e travessias: movimentos de Nietzsche em Deleuze. *Educação*, v. 6, 28-37.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Lima, J. G.; & Baptista, L. A. S. (2013). Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. [Versão eletrônica]. *Princípios: revista de filosofia*. v. 20, n. 33, p. 449-484.
- Mumford, L. (1998). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes. 4ª edição.
- Negri, A., Hardt, M. (2014). *Declaração: Isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 Edições.
- Nietzsche, F. W. (1998). *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras
- Nietzsche, F. W. ([1873]2013). *A filosofia na era trágica dos gregos*. L&PM: Porto Alegre.
- Nietzsche, F. W. (2001). *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Orlandi, L. B. L. (2002). Marginando a leitura deleuzeana do trágico em Nietzsche. In Santos, V. E. (org.). *O trágico e seus rastros*. Londrina: Eduel, p. 15-53.
- Passet, R. (2002). *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record.
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida Capital*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Pelbart, P. P. (2013). *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições.
- Rolnik, R. (1995). *O que é cidade?* São Paulo: Editora Brasiliense. 3ª edição.
- Simmel, G. ([1903]2005). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, 11 (2), 577-591.
- Rodrigues, A. C.; & Baptista, L. A. S. (2010). Cidade-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas de subjetividade. [Versão eletrônica]. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 422-429.
- Sennett, R. (1997). *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, R. N. (2004). A dobra deleuziana: Políticas de subjetivação. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 16 (1), 55-75.

Virilio, P. (1993). *O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Wikipédia. (n.d.). Consultado em 27 de maio de 2017: <https://en.wikipedia.org/wiki/Hikikomori>

Wikipédia. (n.d.). Consultado em 27 de maio de 2017: https://en.wikipedia.org/wiki/Herbivore_men

Wikipédia. (n.d.). Consultado em 27 de maio de 2017: <https://en.wikipedia.org/wiki/NEET>